

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE PERNAMBUCO



Programa de
Pós-Graduação em História

EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES
ÉTNICO - RACIAIS NO ENSINO
DE HISTÓRIA

Étnico Raciais

MARIANA PRUDENTE

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES

*Étnico-
Raciais*

NO ENSINO DE HISTÓRIA

Mariana Prudente

Capa: Alan Andrade

Orientação: Helder Remígio

Projeto gráfico e diagramação: Johnny Pequeno

PRUDENTE, Mariana. Educação para as
relações étnico-raciais no ensino de História.
Recife: UNICAP, 2024.

EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES

*Étnico-
Raciais*

NO ENSINO DE HISTÓRIA

Mariana Prudente

“

Eles combinaram
de nos matar,
mas nós
combinamos de
não morrer

”

Conceição Evaristo

SUMÁRIO

Apresentação	10
01. O que é Educação para Relações Étnico-Raciais?	12
02. Práticas antirracistas no Ensino de História	20
03. Movimentos Sociais Negros (FNB) e (MNU)	32
04. Movimento Negro Unificado em Pernambuco	46
05. Movimentos Sociais indígenas	50
06. Religiões afro-brasileiras e afro-indígenas	58
07. Dia da Consciência Negra	66
08. Manifestações culturais recifenses	78
09. Mapeamento dos Núcleos de Estudos afro-brasileiro e indígenas (NEABI)	88
Referências bibliográficas	90



Apresentação

A ideia de organizar o E-book **Educação para Relações Étnico-Raciais** destinada às aulas de História surge de inquietações pessoais e profissionais, antes como aluna, agora como docente sobre a falta de representatividade no ambiente escolar, nas aulas e no currículo. Sabemos que o currículo dispõe de disputas de narrativas, que na maioria dos casos contempla apenas grupos hegemônicos, consequentemente subalterniza grupos “minoritários” como afrodescendentes, indígenas, quilombolas e ciganos. Posto que nossa história foi escrita e contada na perspectiva do colonizador europeu, que enalteceu sua cultura e colocou todos os outros povos no lugar de “esquecimento” e “silenciamento”. Ao longo do tempo o racismo foi legitimado também pelas teorias científicas durante os séculos XIX e XX, as quais foram responsáveis pela consolidação e disseminação de práticas racistas em todas as esferas da sociedade brasileira, assim como na política de morte arquitetada pelo Estado Brasileiro, que tem ceifado vidas de mulheres pretas e homens pretos nas favelas brasileiras, da mesma forma tem assassinado quilombolas como Mãe Bernadete; mulheres pretas comprometidas com a política e com o ativismo como Marielle Franco; povos indígenas que lutam constantemente pelo direito a demarcação de suas terras; e a continuidade



Imagem fotorrealista criada com Inteligência Artificial

da construção imagética estereotipada do(a)s cigano(a)s que são visto(a)s como marginais ao longo do tempo.

Neste sentido, a **Educação para Relações Étnico-Raciais (ERER)** pode ser vista como um campo epistemológico, que vislumbra atender demandas relacionadas às discussões sobre identidades culturais, questões raciais, ações afirmativas, bem como fomenta debates pautados numa educação antirracista debruçada nas legislações 10.639/03 e 11.645/08. Dessa forma este material tem como objetivo principal dialogar com o(a)s docentes de História e áreas afins, com a finalidade de expandir os ideais do antirracismo, como também visa contribuir na formação continuada do(a)s professore(a)s, e por fim fortalecer o processo de ensino e aprendizagem sobre as histórias do(a)s nosso(a)s ancestrais. Segundo a intelectual nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, todas as histórias importam. Muitas histórias importam. É nesta perspectiva que abordaremos variadas histórias / temáticas envolvendo permanências da nossa historiografia, especialmente compreendendo os conceitos sobre colonialismo, colonialidade, contracolonialidade, assim abrindo caminhos para a reflexão sobre a cerca do racismo e das práticas antirracistas no ambiente escolar.



O que é Educação para Relações Étnico-Raciais (ERER)?

Você já deve ter ouvido falar em **Educação para Relações Étnico - Raciais (ERER)**, mas pode ter se perguntado o que é e para que serve? Desta maneira podemos conceituar a ERER como um campo epistemológico, que tem como objetivo principal discutir sobre as questões raciais e culturais na perspectiva da educação, especialmente no ensino de História, do qual tem o respaldo das **legislações 10.639/03 e 11.645/08**.

A **Lei 10.639/03** tornou obrigatório o ensino de **História da África**, cultura afro-brasileira e africana nas escolas de âmbito público e privado. Para, além disto, utilizou o **Parecer CNE/CP nº 03/2004** e da **CNE/CP nº 01/2004** que aprovou Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de **História imbricado a Educação para Relações Étnico-Raciais**, já a **Lei 11.645/08** pode ser considerada uma extensão da legislatura anterior, trazendo como obrigatório também a História e Cultura indígena para a sala de aula, bem como usou do **Parecer CNE/CP nº 14/2015** para mencionar a importância da temática indígena na educação básica.

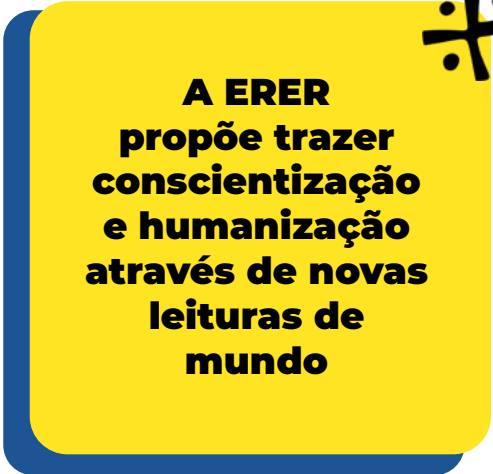
Em suma, a Lei tem a função de legitimar, regulamentar e assegurar que aquela demanda entre em vigor, já o Parecer tem como objetivo central mostrar os caminhos para as diretrizes operacionais, ou seja, explicitar as formas que devemos trabalhar essas temáticas na educação básica, indicando a formação de professore(a)s, cursos de extensão, produção de materiais didáticos e especializações.



Imagens fotorrealistas criadas com Inteligência Artificial

Neste sentido a **Educação para Relações Étnico-Raciais (ERER)** é de suma importância na inclusão de temáticas que envolvem a cultura negra, indígena, quilombola e cigana nos espaços educacionais. Além de ter como ponto de partida a luta antirracista contra o racismo estrutural e institucional, que afeta todas as camadas da sociedade brasileira. O combate ao racismo se faz a partir da educação e da informação. Para iniciarmos a introdução de estudos sobre a ERER é necessário identificar o racismo como um elemento “chave”, que acompanha a história da humanidade desde a idade moderna até os dias atuais, sendo legitimado ao longo do tempo pela ciência, pelos discursos religiosos, por intelectuais, por partidos políticos, e como também mecanismo de segregação (apartheid) e aniquilação de povos e culturas, mediante a justificativas e legislações que abrem espaço para a desumanização do(a) outro(a).

Sendo assim, a Educação para Relações Étnico-Raciais tem como proposta trazer o contraponto, ou seja, o outro lado da história, buscando conscientizar e humanizar através de novas leituras de mundo.



**A ERER
propõe trazer
conscientização
e humanização
através de novas
leituras de
mundo**

Segregação:

1. É o ato ou efeito de segregar ou segregar-se; afastamento e separação.

Apartheid:

1. Política de segregação racial adotada na República Sul-Africana de 1948 a 1995, a qual objetivava o predomínio pleno dos brancos; 2. Segregação racial de qualquer espécie.

Fonte: Dicionário Michaelis.

Disponível em:

<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/apartheid%20/>

SE LIGA!

Ao longo da História da humanidade foi possível observar **políticas e legislações segregacionistas**, que impuseram a separação forçada/violenta de pessoas a partir do **recorte racial**, essas ações foram legitimadas pela ideia de superioridade de raça, que colocava o branco como superior e o(a) negro(a) como inferior/subordinado. Entre o final do século XIX e em **meados do século XX os Estados Unidos** vivenciou os efeitos das **Leis Jim Crow**, que separava as pessoas nos espaços de convivência a partir da cor da pele.

Neste contexto, uma figura que ficou mundialmente conhecida foi a **Rosa Parks** por ter desobedecido ao estabelecimento da segregação no transporte público. Outro evento caracterizado como **Apartheid** aconteceu na **África do Sul** durante o século XX, com o intuito de privilegiar uma parcela da população branca em detrimento da negra, foi criado um **sistema de separação estrutural**, com espaços determinados para **branco(a)s e negro(a)s**. Um dos personagens conhecido neste processo de luta e resistência foi **Nelson Mandela**, que posteriormente tornou-se presidente da África do Sul. É importante destacar que esses eventos foram marcados pela atenuação da violência e das desigualdades sociais.

Para mais informações sugiro a leitura das seguintes matérias **“Entenda o que foram as Leis Jim Crow nos Estados Unidos”** e **“Na África do Sul, cultura foi um importante mecanismo de combate ao Apartheid”**.

Disponível em:

<https://www.politize.com.br/leis-jim-crow/> / <https://jornal.usp.br/ciencias/na-africa-do-sul-cultura-foi-um-importante-mecanismo-de-combate-ao-apartheid/>



Rosa Parks

Para conhecer a história da militante estadunidense, assista o filme **“A História de Rosa Parks”**. Disponível na plataforma **Prime Vídeo**.



Nelson Mandela

Para conhecer a história do militante e presidente da África do Sul, assista o filme **“Mandela: Longo caminho para a liberdade”** na plataforma **Prime Video ou Apple TV**.

Para refletir

Professore(a)s faça uma leitura coletiva da obra *Perigo de uma história única*, da intelectual **Chimamanda Ngozi Adichie**.

Se você preferir pode assistir no Youtube:
TED – O perigo de uma história única.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ>



Acesse
diretamente
no QR Code
ao lado

Na obra Ngozi Adichie reflete sobre a pluralidade das narrativas históricas, enfatizando que todas as histórias são importantes, independentemente de raça, classe e gênero. Todo(a)s contribuem e têm sua importância na história. Nesta perspectiva, iremos pensar a trajetória dos povos indígenas, africano(a)s, afro-brasileiro(a)s, quilombolas e cigano(a)s no próximos capítulos do E-book. Bem como nos debruçaremos na desconstrução de estereótipos e visões cristalizadas sobre a cultura afro-brasileira e indígena, que ao longo do tempo foi marcada por apagamentos, silenciamentos e construções imagéticas deturpadas, que apenas deu espaço a história única.



“As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.”

(Adichie, 2019, p. 32)

Conheça a trajetória de Chimamanda Adichie Ngozie!

Chimamanda Ngozi Adichie nasceu em 15 de setembro de 1977, em Enugu, na Nigéria. Quinta filha de seis irmãos, seus pais, Grace Ifeoma e James Nwoye Adichie, são falantes de igbo. Embora sua família seja originalmente da cidade de Abba, no estado de Anambra, a autora cresceu em Nsukka, na casa que já foi do renomado escritor Chinua Achebe. O pai de Chimamanda, que já se aposentou, foi professor de estatística na Universidade da Nigéria, em Nsukka, e a mãe foi a primeira mulher a ocupar o cargo de registrar na mesma instituição. Chimamanda completou o ensino médio no Colégio da universidade e recebeu diversas honrarias. Estudou medicina e farmácia em Nsukka por um ano e meio e, durante esse período, editou a revista The

Compass, dos estudantes de medicina. Aos dezenove anos, mudou-se para os Estados Unidos com uma bolsa para estudar comunicação na Universidade Drexel, na Filadélfia, mas pediu transferência para Eastern Connecticut State University, onde se formou summa cum laude em comunicação e ciências políticas e contribuiu para o jornal Campus Lantern. Além disso, se consolidou como escritora.

Algumas das obras de Adichie:

- O Perigo de uma história única;
- No seu pescoço;
- Para educar crianças feministas;
- Sejamos todos feministas;
- Americanah;
- Hibisco roxo;
- Meio Sol amarelo.



Fonte:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. P. 39 – 40.



- Depois compartilhe sua história com o(a)s colegas de turma.

[illegible]

[illegible]



Práticas Antirracistas no Ensino de História

A escola é um dos lugares, onde crianças e adolescentes passam a maior parte do tempo, por isso que este ambiente é de **suma importância na formação pessoal e pedagógica** do(a)s estudantes e do(a)s docentes. Assim como é espaço de decisões coletivas, debates, reflexões, partilhas, desconstruções de estereótipos e conscientização sobre diversos temas.

Nesta perspectiva, as **práticas antirracistas** devem se fazer presentes nas relações de sociabilidade escolar, visto que vivemos numa estrutura social e organizacional **pautada no eurocêntrismo**, que afeta diretamente os

currículos escolares, as propostas de atividades pedagógicas e as mentalidades. Neste sentido, propomos **práticas antirracistas** no ensino de História. Especialmente no ensino básico é traçar novos diálogos e **caminhos contracoloniais**, possibilitando também apresentar narrativas e trajetórias que antes foram silenciadas pela historiografia.

O currículo de **História** da **Secretaria de Educação Municipal do Recife (2015)**, referente ao 7º ano (Ensino Fundamental II) – explicita a necessidade de



Vivemos numa estrutura social e organizacional pautada no eurocentrismo, que afeta diretamente os currículos escolares



Imagens fotorrealistas criadas com Inteligência Artificial

trabalhar duas temáticas, que são convenientes para nossas discussões, sendo elas: **Os povos da África e a cultura afro-brasileira** e **Povos indígenas** no contexto da colonização.

Abordar esses temas de forma minuciosa e comprometida com a **Educação para Relações Étnico-Raciais (ERER)** pode contribuir positivamente numa reflexão antirracista dentro de sala de aula, bem como transgredir os muros da escola. Sendo assim, pensamos em compartilhar um plano de aula sobre as temáticas mencionadas anteriormente, com o intuito de ajudar nas atividades pedagógicas realizadas nas aulas de História.



Propor práticas antirracistas no ensino de história é traçar caminhos contrcoloniais

Plano de aula



Disciplina: História

Série: 7º ano (Ensino Fundamental II)

Tema: Os povos da África e a cultura afro-brasileira

Data	
Habilidades	(EF07HI15); (EF07HI16)
Objetivo Geral	Conhecer a História da África e dos povos africanos.
Objetivos Específicos	Compreender a África como um continente diverso e plural; Identificar os países africanos; Conhecer as línguas e as crenças religiosas africanas; Conhecer as religiões afro-brasileiras; Compreender a relação entre Brasil e África a partir das questões culturais; Desenvolver reflexões sobre o contexto de colonização e neocolonialismo; Entender as permanências da colonialidade.
Conteúdo Programático	Os povos da África e a Cultura Afro-brasileira
Recursos Didáticos	Promover debates; Utilização do livro paradidático “Educação para Relações Étnico-Raciais” no Ensino de História; Exibição de filmes, curtas-metragens e documentários; Leitura de imagens; Utilizar Mapa-Múndi; Ouvir músicas dos álbuns “Amarelo” de Emicida e “Bom mesmo é estar debaixo d’água” de Luedji Luna; Recitação de poemas da obra “Levante: Nasce toda a resistência do amor à liberdade” de Henrique Marques Samyn.
Avaliação	Participação nas aulas (debates); Realizar atividades escritas; Leituras coletivas; Apresentar trabalhos em grupo.



Disciplina: História

Série: 7º ano (Ensino Fundamental II)

Tema: Os povos indígenas no contexto da colonização

Data	
Habilidades	(EF07HI08); (EF07HI09); (EF07HI12).
Objetivo Geral	Conhecer a trajetória dos povos indígenas antes, durante e depois do processo de colonização.
Objetivos Específicos	Entender a organização dos povos indígenas na América; Identificar as manifestações culturais e religiosas das comunidades indígenas americanas; Aprender a cosmovisão dos povos indígenas a partir do contato com o meio ambiente; Analisar o estranhamento entre os povos indígenas e os colonizadores; Descrever a violência contra os povos ameríndios.
Conteúdo Programático	Os povos indígenas no contexto da colonização.
Recursos Didáticos	Exibição de curtas-metragens; Leitura coletiva da obra “Como adiar o fim do mundo” de Ailton Krenak; Promover debates sobre as permanências da luta e resistência dos povos indígenas contra a violência institucional no passado e no presente; Organizar roda de conversa com Silvinha Xucuru.
Avaliação	Participação nas aulas (debates); Leitura coletiva; Atividades escritas.

Assista filmes, séries, documentários e curtas-metragens!



As obras cinematográficas podem ser ferramentas eficazes na sala de aula, pois ajudam a compreender a temática através das imagens em movimento, da estética e das narrativas. Abaixo temos algumas indicações de obras, que podem ser exibidas nas aulas de História.



A série documental “Sankofa” reúne dez episódios, que mostram a diversidade territorial, cultural, histórica e populacional. Desconstruindo estereótipos em relação à unidade, pobreza e paisagens compostas apenas por savanas, áreas desérticas e animais selvagens.

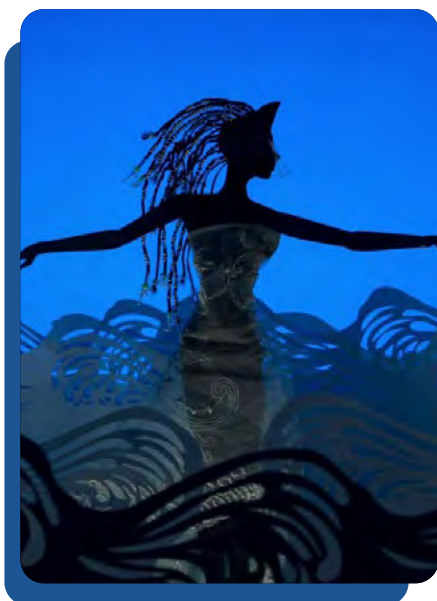
Disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLvZ3b-dWhlb0ZsKlkwS3zChZehWrJloJv1>



O documentário “Afro: das origens aos destinos” aborda a história da cultura afro-brasileira a partir das questões religiosas e culturais.

Disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=KU4kyULr0k8&t=40s>





A animação “Iemajá Yemoja: a criação das ondas” aborda a mitologia africana iorubá a partir da orixá Iemanjá, considerada a rainha do mar e protetora dos navegantes e pescadores.

Disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=xi-F4x4fMYw>



A animação “Òrún Àiyé: a criação do mundo” se debruça na história da criação a partir da cosmovisão iorubá. Permitindo conhecer a dinâmica das religiões de matriz afro de forma acessível e compreensível.

Disponível na plataforma do Itaú Cultural Play.



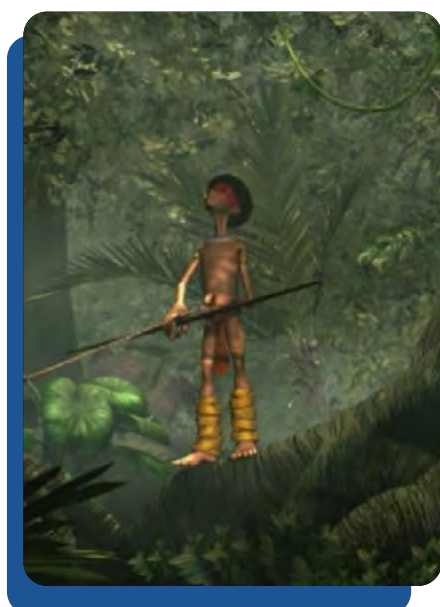
A animação “Meu nome é Maalum” se debruça na história de uma criança negra que recebeu o nome de Maalum em homenagem cultura ancestral africana. A abertura do curta tem como trilha sonora o samba, que é um gênero musical afro-brasileiro.

Disponível na plataforma o Itaú Cultural Play.



A série documental “Coleção Antirracista” foi dirigida pelo cineasta Val Gomes. Com a participação de intelectuais e personalidades representativas do movimento negro. A série apresenta oito episódios subdivididos em: T1: E1 – O mito da democracia racial; T2: E2 – Do navio negreiro à abolição da escravidão; T3: E3 – Cota não é esmola; T4: E4 – Raça, trabalhos e direitos; T5: E5 – Urbanização como apartheid; T6: E6 – Mulheres negras.

Disponível no Itaú Cultural Play.



A animação “Pajerama” mostra a expansão dos centros urbanos para as áreas indígenas, causando consequências irreparáveis para o meio ambiente e para a vida dos povos indígenas. Neste curta é possível fazer análises entre o passado e o presente, compreendendo os desafios dos povos originários no período colonial e nos dias atuais.

Disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=BFzv0UhhcS0>



A animação “Caminho dos gigantes” aborda a relação de sociabilidade entre indígenas de diferentes faixas etárias, enfatizando respeito aos anciãos e ancestrais, ou seja, aquele(a)s que vieram antes, além de fazer uma relação entre os parentes e elementos da natureza.

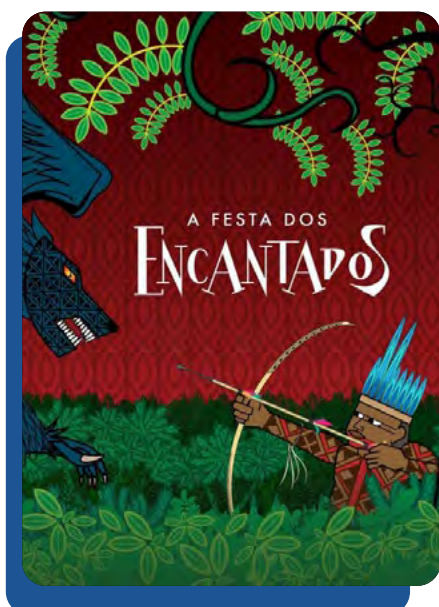
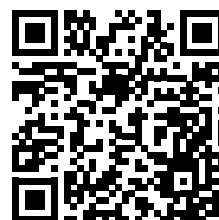
Disponível no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=YE1WeW_Qla8&t=83s





A animação “Gaví: a voz do barro” conta a história dos Kaingang através do artesanato de barro. A narração é feita na língua indígena. Sendo assim, uma forma de conhecermos a cultura e a língua dos povos indígenas.

Disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=dFPR4HDd3IQ&t=342s>



A animação “A Festa dos encantados” é baseada na lenda do povo Guajajara, que mostra suas crenças através da oralidade passada de geração a geração.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yagqGOZwwwx0>



Essas obras ajudam a compreender a temática de uma maneira dinâmica



Álbuns musicais



A música também é considerada uma fonte histórica, que pode ser trabalhada em sala de aula. A letra, a melodia e os instrumentos utilizados para compor a música nos ajudam a compreender questões históricas (cotidianas). Neste sentido, indicamos dois álbuns musicais – “Amarelo” de Emicida e “Bom mesmo é estar debaixo d’água” de Luedji Luna.



Álbum musical “Amarelo” de Emicida apresenta canções sobre negritude, cultura afro-brasileira, processos de luta e resistência da população negra.

Indicação de música: Principia

Disponível no YouTube / Spotify.



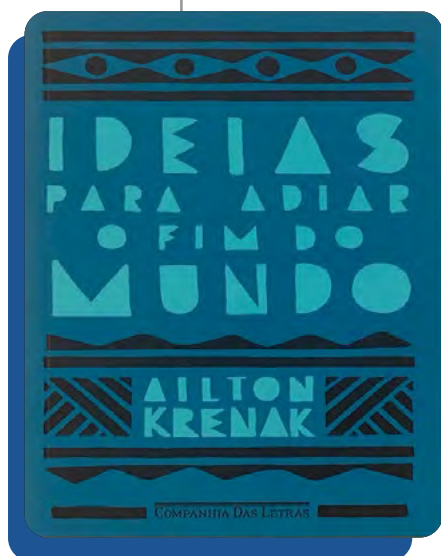
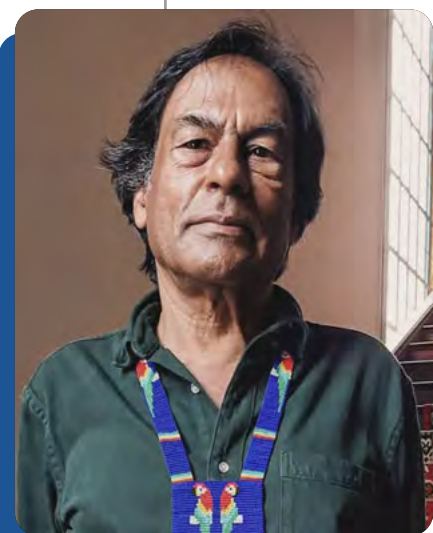
Álbum musical “Bom mesmo estar debaixo d’água” de Luedji Luna apresenta canções sobre a trajetória de mulheres negras, envolvendo temas como solidão, traumas e desamor.

Indicação de música: Ain’t Got No (Luedji Luna / Conceição Evaristo)

Disponível no YouTube / Spotify.



Promover a leitura e o debate a partir de livros escritos por intelectuais indígenas, negros, quilombolas e ciganos podem nos ajudar a compreender seus campos de atuação, pesquisas, visões de mundo, revoltas, e suas relações de sociabilidade, como também é uma forma de se apropriar do conhecimento ancestral e dos saberes tradicionais, que antes nos foi negado pela ideia do eurocentrismo. Abaixo indicamos três obras – “Ideias para adiar o fim do mundo” de Ailton Krenak, “A terra dá, a terra quer” de Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo), e “Levante: Nasce toda a resistência do amor à liberdade” do Prof. Dr. Henrique Marques Samyn.

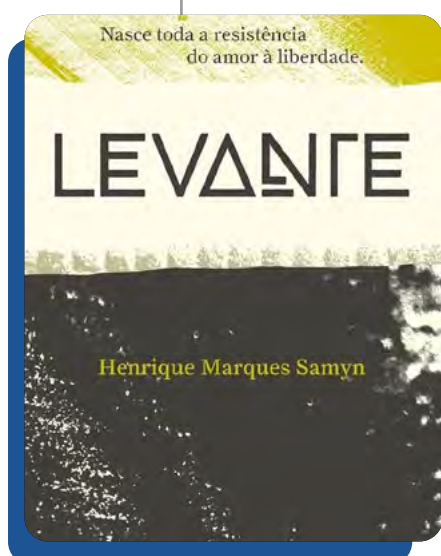


Ailton Krenak nasceu em 1953, em Minas Gerais, na região do Vale do Rio Doce. Ativista e militante em favor das questões ambientais e pelos direitos dos povos indígenas. Foi crucial a sua participação na Constituinte de 1988, garantindo direitos fundamentais para os povos indígenas. Para, além disto, Krenak dedica-se a escrita, sendo responsável por diversos livros, tais como: “Ideias para adiar o fim do mundo”; “O amanhã não está à venda”; “Futuro ancestral”; “A vida não é útil”, entre outros. Na obra “Ideias para adiar o fim do mundo” fica visível as críticas contundentes que Krenak faz em relação à falta de cuidado da humanidade com o meio ambiente, o que tem a ver com as permanências da colonialidade, bem como demonstra carinhosamente o relacionamento entre os indígenas e os elementos da natureza, que são expressos através do cuidado e da preservação.

Livros



Antônio Bispo dos Santos conhecido como Nego Bispo nasceu em 1959 no Vale do Rio Berlingas, Piauí. Lavrador formou-se com os saberes de mestras e mestres do Quilombo Saco do Curtume. É autor de diversos escritos (livros, poemas e artigos), com temáticas relacionadas às questões quilombolas, contracoloniais e dos saberes ancestrais. Neste escrito Antônio Bispo dos Santos nos convida a reflexão sobre as permanências das práticas coloniais no nosso cotidiano, especialmente no emprego de palavras, pois elas têm uma carga simbólica (violenta), que dão legitimidade ao discurso colonialista, desta forma Nego Bispo nos oferece a oportunidade de “estourar a bolha” da “cosmofobia” substituindo esses vocábulos por outros termos. Para, além disso, é possível visualizar uma crítica contundente a formação das cidades, a cultura que separa (exclui), a falta de conexão das pessoas, o desrespeito com o meio ambiente em prol das vantagens econômicas e políticas, entre outras situações. Uma vez que precisamos viver a essência da “confluência”, ou seja, a mistura de experiências coletivas, assim como a cosmovisão quilombola nos ensina. Pensar de forma coletiva, com envolvimento, sendo pessoas necessárias, comprometidas com ações contracoloniais, e sempre buscando ligação com os saberes ancestrais.



Henrique Marques Samyn nasceu em 1980, foi criado na Praça Seca, zona oeste do Rio de Janeiro, é professor do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisador especialista em estudos sobre gênero e raça, escritor e crítico literário. Intelectual negro comprometido com a construção da luta antirracista e antissexista para além dos muros da universidade, coordena o projeto Letras Pretas, engajado na divulgação da produção intelectual e cultural de mulheres negras. Samyn tem textos publicados em antologias no Brasil e no exterior, foi crítico literário do “Jornal do Brasil”, e atualmente, colabora no “Jornal Rascunho”. Na obra “Levante: nasce toda a resistência do amor à liberdade” Henrique Marques Samyn apresenta poemas, que percorrem o caminho da escravidão, ancestralidade, resistência, herança e liberdade. A cada verso é possível refletir sobre a história do(a)s nosso(a)s ancestrais, que viveram lutando incessantemente por liberdade e direitos.





Movimentos sociais negros Frente Negra Brasileira (FNB) e Movimento Negro Unificado (MNU)

A **história do Brasil** assim como da América Latina foi atravessada pelo processo de colonização, que deixou marcas profundas na memória coletiva e nas relações de sociabilidade através de permanências da colonialidade, especialmente quando percebemos a **violência, o escravismo e a subordinação** imposta aos povos **indígenas, africano(a)s e afro-brasileiro(a)s**.

Nesta discussão iremos pensar a trajetória da população negra no pós-abolição e a **construção identitária** a partir do entrelace da história e da memória. Primeiramente, devemos entender que os movimentos sociais têm um papel importante no processo de direitos básicos, **durante o século XX**, no auge da globalização foi possível visualizar a fundação de **movimentos sociais** relevantes para a sociedade brasileira. Segundo a **Professora Ilse Scherer-Warren**, a dinâmica dos movimentos sociais tem sido constante diligente, que nem a teorização consegue acompanhar tal dinamismo. Já de acordo com os estudos de **James Jasper**, as redes de mobilizações estão estruturadas em redes de influências; novas fontes de reclamações e indignações; novos tipos de atores e novas esperanças; ênfase das táticas foi mudando da força para a persuasão; a importância de indivíduos notáveis; e novas redes de influências políticas, e é a partir desses pontos, que fica perceptível a efervescência das mobilizações, as quais estão subdivididas em sociedades diversas, heterogêneas, com **interesses públicos, valores individuais e coletivos**.



Divulgação

Sabendo disso, compreendemos que no caso da **população afro-brasileira** a resistência e a mobilização estavam e está ligado à necessidade de existir/sobreviver, garantir direitos básicos e manter o bem-viver da comunidade. Nesta perspectiva pensar o pós-abolição e as diversas estratégias de visibilidade são fundamentais para entendermos a complexidade das questões raciais no Brasil. No final do século XIX e ao longo do século XX tivemos a **“Imprensa Negra”** um mecanismo informativo originado a partir de esforços da comunidade negra para criar e manter em circulação os jornais, que noticiavam suas histórias e visões de mundo, bem como a criação do **Teatro Experimental Negro (TEN)**, fundado por Abdias do Nascimento, com o intuito de oportunizar atores e atrizes negro(a)s nas artes cênicas, além de contar novas histórias. A persistência em existir aconteceu no campo do trabalho, da educação, da política, entre outros espaços, enfrentando insistentemente a desigualdade e a segregação racial promovida pelo racismo estrutural.

Diante desses obstáculos foram criando-se redes de influências, com novas arenas e demandas, e assim abre-se espaço para o surgimen-



A resistência e a mobilização estão ligadas à necessidade de existir/sobreviver, garantir direitos básicos

to de movimentos como a **Frente Negra Brasileira (FNB)** fundada na década de 1930, em São Paulo, durante a “**Era Vargas**”. De acordo com o **blog/acervo digital Ipeafro**, os objetivos da FNB estavam associadas à igualdade de direitos e participação do(a)s negro(a)s na sociedade brasileira, sob a liderança de **Arlindo Veiga dos Santos; José Correia Leite**; entre outro(a)s, bem como desenvolviam atividades culturais e educacionais de caráter político. Mas em 1937, durante o “**Estado Novo**” (ditadura Vargas) ocorreu a extinção de organizações e partidos políticos, o que não significou o fim da luta contra o racismo.



**Foi através das
lutas desses
movimentos
sociais negros
que conquistamos
direitos
importantes**

Nas entrelinhas, censuras e silenciamentos o desejo de ir avanti à conquista de direitos se fazia presente no íntimo daquele(a)s que não suportavam a exclusão e a invisibilidade. Décadas mais tarde é fundado o **Movimento Negro Contra a Discriminação Racial (MNCDR)**, que posteriormente ficou conhecido como **Movimento Negro Unificado (MNU)** instituído na década de 1970, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, durante a **Ditadura Civil-Militar (1964 -1985)**, o movimento almejava e almeja lutar contra o racismo, do mesmo modo que vislumbra e vislumbra a manutenção de garantias básicas, como acesso a educação, moradia, segurança, mercado de trabalho, participação política, justiça social, ou seja, abertura de caminhos para inserção social como descreve os Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988.

Foi através das lutas desses movimentos sociais negros, que conquistamos direitos importantes, especialmente no âmbito da educação, como exemplos temos as **Leis 10.639/03 e 11.645/08**, como também a **Lei 12.711/2012** conhecida como “**Lei de Cotas**” garantindo 50% das vagas para pessoas oriundas de escola pública, de baixa renda, auto-declarado(a)s preto(a)s, pardo(a)s e indígenas, além das pessoas com deficiências (PCD), podendo concorrer a cursos técnicos, superiores e concursos públicos. Essas trajetórias de lutas abriram caminhos significativos para a discussão de temas sensíveis, entrelaçados a nossa história, porém deixados à margem. Outro fator importante é perceber que nossos ancestrais sempre se mantiveram em constante movimento em relação às questões políticas e sociais.



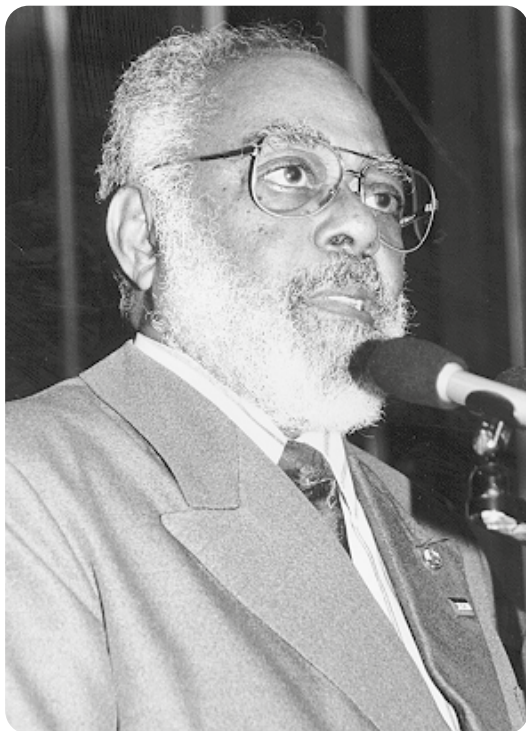
Divulgação

Movimentos sociais: São organizações coletivas, que surgem a partir de insatisfações e demandas perante determinados grupos sociais. Exemplos disso são: Movimento negro; Movimento feminista; Movimento estudantil; Movimento operário; e Movimento ambientalista.

Racismo Estrutural: É a ideia discriminatória entre os seres humanos baseada nas diferenças externas e corporais que possuem. E que essas diferenças são uma manifestação de superioridade ou inferioridade de determinados grupos em detrimento de outros. Neste caso, o termo racismo estrutural remonta as vivências do período colonial e das permanências da colonialidade demonstrando, que a discriminação racial está nas estruturas da sociedade brasileira, ou seja, se manifesta em todas as camadas (instituições religiosas; acadêmica; escolar; artística; política; entre outras). Além de impossibilitar o ingresso e participação da população negra nos espaços de poder. Podemos considerar que o racismo estrutural se assemelhe com uma base (alicerce) de uma casa, que vai sendo construída nessa estrutura, e assim fica perceptível que essa estrutura é profunda e está fincada a terra.

Para mais informações sugiro a leitura da matéria **“O que é racismo estrutural?”**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/o-que-e-racismo-estrutural/>

Conheça algumas obras de Abdias do Nascimento!



Abdias do Nascimento nasceu em 1914, na cidade de Franca – SP. Migrou para a capital no início dos anos 1930 e logo começou tomar parte dos eventos da Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931. Em 1944, após uma longa viagem pelo interior do Brasil e por parte da América Latina, Abdias criou o Teatro Experimental Negro (TEN) – movimento artístico, político e cultural que aglutinou intelectuais e artistas negros e negras importantes no cenário afro-brasileiro, como o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), Aguinaldo Camargo (1918-1952), Haroldo Costa (1930-), Ironides Rodrigues (1923-1987), Ruth e Souza (1921-2019) e Léa Garcia (1933-2023). Além disso, Abdias foi escritor, poeta, teatrólogo, político e artista plástico.

Referência

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lília Moritz. Enciclopédia Negra. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. P.22.



Teatro Experimental Negro (TEN)

O Teatro Experimental do Negro (TEN) é fundado em 13 de outubro de 1944, no Rio de Janeiro, por iniciativa do economista e ator Abdias do Nascimento (1914-2011), com o apoio de amigos e intelectuais brasileiros.

Fonte: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupos/80428-teatro-experimental-do-negro-ten>

Livro “O Quilombismo”: Documentos de uma militância Pan-Africanista

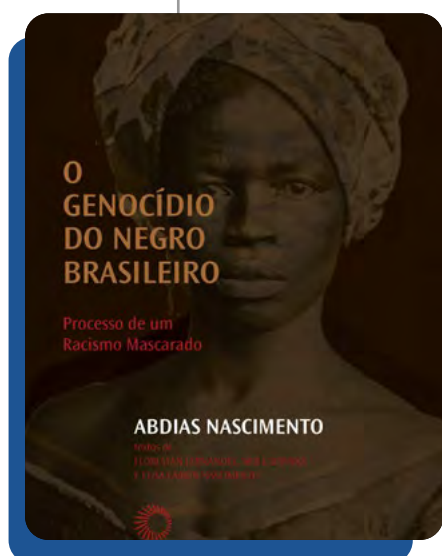


A capa do livro traz uma releitura da bandeira do Brasil, da qual Abdias Nascimento nomeou como “Okê Oxossi” (1970), fazendo uma saudação ao orixá da caça e da cura pelas ervas, por isso a presença do arco e flecha. Para, além disto, a obra aborda questões sobre a trajetória da população negra da escravidão aos dias atuais, enfatizando as lutas e embates pela liberdade e sobrevivência.

Para mais informações sugiro a leitura da matéria “Abdias Nascimento: Mais que uma exposição (2022).

Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acoes/exposicoes/abdias-nascimento-no-masp-mais-que-uma-exposicao/>

O livro “O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado”



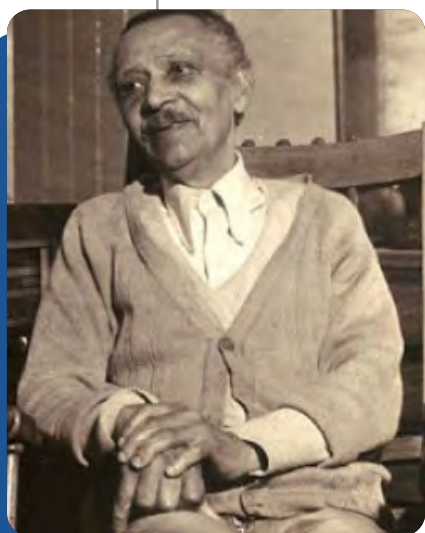
A capa traz a imagem de uma escravizada, que já foi atrelada a muitas figuras históricas, inclusive a Luísa Mahin (mãe do abolicionista e jornalista Luís Gama), entretanto não sabemos quem é essa mulher negra, mas podemos imaginar o seu olhar distante e reflexivo diante de um contexto marcado pela violência da escravidão. Nesta obra Nascimento aborda as relações de sociabilidade durante o sistema escravista, o processo de embranquecimento da população brasileira, bem como a violência empregada pelo Estado em relação a população negra, a qual foi nomeada como Genocídio.



Arlindo Veiga dos Santos teve papel relevante na liderança negra na década de 1930. Nascido em Itu, interior de São Paulo, em 1902. Contou com uma boa formação em colégios tradicionais da cidade; fez o primário no Grupo Escolar Dr. Cesário Mota e o ginásio em escolas católicas, no Colégio São Luís, dos Jesuítas, e no Colégio Nossa Senhora do Carmo. Mudou-se para a capital em 1920, onde estudou na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo (atualmente parte da PUC-SP). Trabalhou como jornalista e professor. Em 1931, na capital paulista, Arlindo e vários jornalistas e tipógrafos fundaram a Frente Negra Brasileira (FNB).

Referência

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lília Moritz. Enciclopédia Negra. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. P. 67 - 68.



José Correia Leite nasceu em 1900. De origem pobre, foi criado em São Paulo, trabalhando como entregador, vendedor de lenha e cocheiro. Atuando como tipógrafo, fundou – juntamente com Jaime de Aguiar, Henrique Cunha e outros - o jornal O Clarim, transformado em O Clarim da Alvorada em 1924. Foi um dos fundadores da Frente Negra Brasileira (movimento social negro) de suma importância nas primeiras décadas do século XX.

Para mais informações sugiro a leitura da matéria **“A Frente Negra Brasileira”** no site da Brasileira Fotográfica.

Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/bitstream/handle/20.500.12156.1/12655/thumb.jpg.jpg?sequence=3&isAllowed=y>

Referência

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lília Moritz. Enciclopédia Negra. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. P. 309.



A imagem do jornal O Clarim na sua primeira edição, em 6 de janeiro de 1924.

O Clarim ou Clarim da Alvorada assim como A Voz da Raça (1935); Tribuna Negra (1936); Chibata (1933); Auriverde (1928); Notícias de Ébano (1958); O Quilombo (1950) foram jornais importantes para a população negra, pois faziam parte da Imprensa Negra, que tinha como objetivo noticiar assuntos de interesse da comunidade afro-brasileira, já que a imprensa tradicional deixava a desejar nesse sentido.

Referência

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. A Imprensa Negra em São Paulo. Perspectiva, 2019. P. 241 – 257.

SE LIGA!

Era Vargas: Foi o período marcado pelos quinze anos de governo de Getúlio Vargas, o qual era subdividido em: 1º) Governo Provisório (1930 a 1934); 2º) Governo Constitucional (1934 a 1937); 3º) Estado Novo (1937 a 1945). Vale salientar que o Estado Novo ficou conhecido a Ditadura de Vargas, por ser caracterizado por ações antidemocráticas e autoritárias.

Ditadura Civil-Militar (1964 a 1985): Foi o período de vinte e um anos que o Brasil foi “governado” por militares, que deram um golpe, instituindo uma ditadura que teve apoio de uma parcela da sociedade civil, bem como de uma parte das Forças Armadas. Durante esses anos, partidos políticos e organizações sociais foram extintas, pessoas de diversos campos de atuação foram perseguidas, torturadas, presas e mortas pela acusação de subversão. O direito de ir e vir, ao voto, a liberdade de expressão, assim como as greves e manifestações foram suspensas. Além disso, as programações e as pessoas vigiadas constantemente, e a censura se fazia presente em todos os âmbitos.

Para mais informações sobre a Ditadura Civil-Militar sugiro a leitura da obra “O golpe de 1964”, de Carlos Fico.

Referência

FICO, Carlo. O golpe de 1964. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

Conheça as obras de Lélia de Almeida Gonzales



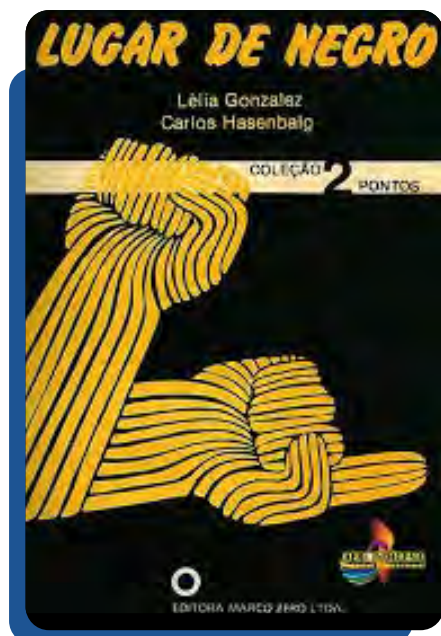
Lélia de Almeida Gonzalez nasceu no dia 01 de fevereiro de 1935, em Minas Gerais, a penúltima filha de dezoito irmãos / irmãs, de Urcinda Serafim de Almeida (indígena) e Acácio Joaquim de Almeida (negro). Lélia Gonzalez tem graduação em História e Filosofia, e pós – Graduação em Comunicação e Antropologia, foi militante do Movimento Negro Unificado (MNU), como também militava contra a discriminação da mulher. Foi professora do ensino básico e do ensino superior, além de ter sido autora de diversos artigos, ensaios e livros. As contribuições de Gonzalez podem ser vistas no campo das Ciências Sociais e Humanas, transcorrendo pela História, Sociologia e Antropologia, bem como na luta contra o racismo estrutural e institucional.

As obras escritas por Lélia Gonzalez são resultado de pesquisas e “escrevivências”, das quais ela aborda o racismo nos espaços de sociabilidade, compreendendo esta manifestação como um problema estrutural, que afeta a vida de todo(a)s, impossibilitando que possamos viver uma efetiva democracia.

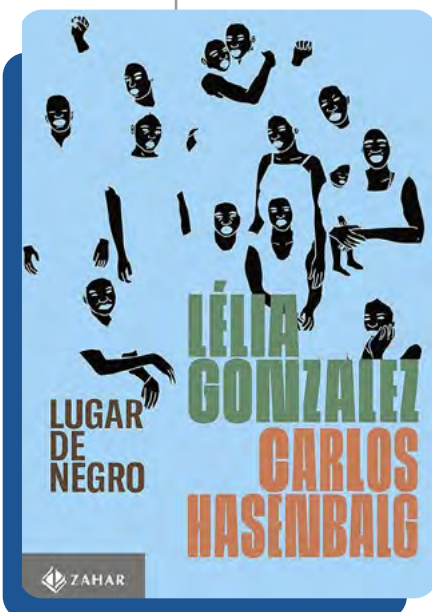
Outra peculiaridade apresentada nas obras de Gonzalez é sua preocupação com os recortes de gênero, raça e classe, temáticas atualmente conhecida como “interseccionalidade”, e neste contexto a autora se debruça na trajetória das mulheres negras do período colonial pensando as violências da escravidão, no pós- abolição com os desafios de sobreviver numa sociedade que não garantia inclusão a população negra e em meados do século passado com a luta dos movimentos sociais negros para garantir os direitos básicos.

Referência

RATTS, Alex; Rios, Flavia. Lélia Gonzalez. São Paulo: Selo Negro, 2010.



A obra **“Lugar de Negro”** foi escrita por Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (sociólogo argentino), tendo a primeira edição em 1982, e posteriormente teve o lançamento de uma versão nova, que mudou especialmente a capa, a qual apresenta outros elementos estéticos. Na capa da primeira edição é possível visualizar desenhos de braços na cor amarela, posicionados fazendo o punho cerrado, que relembra a luta de grupos denominados de “minorias” e o outro apresenta o dedo indicador apontando para frente, que nos faz pensar na ideia de progresso e de seguir em frente. Já na edição recente de 2022, temos desenhos de pessoas negras de diversos gêneros e idades, que estão se relacionando. Outro elemento passível para análise é o título da obra, que nos faz pensar sobre o lugar do(a) negro(a) na história do Brasil, pensando o passado e o presente. Em suma, o livro aborda permanências da colonialidade em relação à população negra, debruçando-se nas desigualdades sociais e raciais.



A obra **“Por um feminismo afro-latino-americano”** foi organizada por Flávia Rios e Alex Ratts, que organizaram os escritos de Lélia Gonzalez, transformando-os em livro. Nesta bibliografia, podemos acompanhar a trajetória da intelectual Lélia de Almeida Gonzalez no ambiente acadêmico e participando da fundação e organização do Movimento Negro Unificado (MNU), além de compreendermos suas



visões de mundo, que foram expressas nos seus ensaios e entrevistas aos jornais da época.

Em destaque, temos o artigo intitulado “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, o qual Gonzalez cuidadosamente reflete sobre o racismo de maneira geral, mas dá ênfase ao caminho percorrido por mulheres negras. Neste sentido, ela pensa a mulher negra vivendo as violências e os abusos da escravidão, sua atuação no pós – abolição trabalhando como empregada doméstica e nos desfiles de escolas de samba durante o carnaval. Em suma, percebemos que o sexismo se faz presente nessas relações de sociabilidade, especialmente em relação aos corpos das mulheres negras, que são atravessados por múltiplas opressões.

Para Gonzalez o carnaval é o momento marcado pela exaltação do mito da democracia racial, que deixa transparecer passividade e tranquilidade entre a sociedade brasileira, ou seja, é como se não existisse conflitos raciais e nem tampouco o racismo, como muitos intelectuais propagaram ao longo do século XX. Entretanto, a autora ironiza essas afirmações, levantando o seguinte questionamento: “Para esse país vir a ser uma democracia racial. Esse país tem que ser efetivamente uma democracia”.

A reflexão final de Lélia Gonzalez foi proferida durante uma manifestação no dia **20 de novembro de 1988**, no Rio de Janeiro.

Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=fv5_xRpHV2s



In: *Revista Crítica Social/Hoje*, Amparo, 1984, p. 223-244.
Numeração de páginas original à esquerda, na sequência da digitação, sinalizada por linhas. Todas as palavras do texto sublinhadas estão assim no original, com exceção dos títulos de obras ou eventos, que foram alterados para itálico.
As notas de rodapé e explicativas foram inseridas pela digitadora.
As notas de rodapé do original têm sua numeração marcada por parênteses e recuo de texto no fim de sua página correspondente.

223

RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA¹

Lélia Gonzalez

I – Cumê que a gente fica?

Poi então que uns brancos muito legais consideram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negão to de novo sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo daquele botequim, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajados por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. Mas a gente se acomodou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinando um monte de coisa pra criança da platéia, que nem repararam que se aproximou um pouco até que dava prá falar, mas não deu e todo mundo sentar perto da mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não pôde brincar com essa coisa que foi lá, chegou prá lá. A gente tinha que ser educado. E era educado e mais educado, tudo com muito aplauso. Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinha chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, se foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a me chamar por e conta de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava chamada a quadrilha. A neguinha parecia que tava esperando por isso prá aguarar tudo. E era um tal de falar alto, gesticular, que nem dava prá ouvir das outras meninas. Tá na casa que os brancos ficaram brancos de raiva e com raiva. Tinha chamado a gente prá festa de um jeito que ficava da gente e a gente se comportava daquele jeito, cabendo a discórdia delas. Onde já se viu? Se elas tinham da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam lá, no meio e bo a vontade, ensinando uma poção de coisa prá gente da gente? Tava um jeito que não deu prá aguentar aquela coisa toda da neguinha ignorante e mal educada. Eu disse: “Poi aí que um braco e educado participou coma de um cinema que tinha pagado no microfone prá falar com os brancos. E a festa acabou em briga. Agora, ninguém tá aqui, quem tem a culpa? Aquela neguinha atrevida, sim. Se não tivesse dado com a língua no dentes... Agora tá queimada entre os brancos! Malhou ela no botequim. Também quem manda não sabe se comportar? Não é a toa que eles vivem dizendo que “parto quando não capto na entrada, capto na saída”...”

¹ Apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, 17. Distrito Anísio de Jesus do Instituto de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rua de Janeiro, 31 de outubro de 1980.



Ouçá podcasts



Para conhecer mais sobre a trajetória pessoal e intelectual de Lélia Gonzalez, assim como suas produções científicas ouça o episódio 6 – Racismo e Sexismo na cultura brasileira do podcast “Práxis Preta”.

Disponível na plataforma de streaming “Spotify”.



Assista a documentários



Projeto Memória – Lélia Gonzalez 2024

Disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=TSNxnr0ocx0>





SE LIGA!

Escrevivências: Este conceito foi criado pela intelectual Conceição Evaristo, que significa dizer escrever as vivências, ou seja, quando uma mulher negra se propõe a escrever algo, ela está escrevendo um pouco de si e de suas vivências.

Inteseccionalidade: Foi um termo criado pela jurista estadunidense Kimberlé Williams Crenshaw, para definir as opressões de raça, classe e gênero, que atravessam os corpos das “minorias”.

Para mais informações sugiro a leitura da matéria “Kimberlé Crenshaw sobre a interseccionalidade: eu queria criar uma metáfora cotidiana que qualquer pessoa pudesse usar”.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/kimberle-crenshaw-sobre-interseccionalidade-eu-queria-criar-uma-metafora-cotidiana-que-qualquer-pessoa-pudesse-usar/>

OBS: Vale salientar que as discussões sobre raça, classe e gênero já foram vistas nos escritos de Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Angela Davis, antes da criação do conceito.

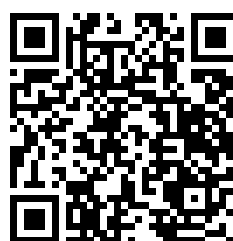
Hora de refletir!



- Assista junto com o(a)s discentes o documentário “Passos de luta – 40 anos do Movimento Negro Unificado”.

Disponível no YouTube:

<https://www.youtube.com/watch?v=tPZY36svr4I>



- A partir da exibição do documentário, promova um debate sobre a importância do Movimento Negro Unificado (MNU) no combate ao racismo e na luta em favor dos direitos da população negra.

- Faça uma exposição fotográfica sobre os movimentos sociais negros e exponha nos corredores da escola, para que toda comunidade escolar possa apreciar e contemplar o trabalho realizado com as turmas de 7º anos.

Atenção

A exibição do documentário, a promoção do debate e a exposição fotográfica são ações, que podem ajudar a fomentar no aprendizado do(a)s discentes sobre a trajetória da população negra no pós-abolição, explicitando as formas de organização coletiva no passado e no presente, e apresentando modelos de resistência e luta contra o racismo nos séculos XX e XXI.





Movimento Negro Unificado em Pernambuco

Os **movimentos sociais** são ferramentas de resistência, luta e afirmação de determinados grupos sociais.



Os movimentos realizam o diagnóstico sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede (Gohn, 2011, p. 336).

Partindo deste ponto discursivo, os movimentos sociais negros surgiram no Brasil no século XX, mais precisamente no recorte temporal do pós-abolição, dos quais vamos ter a Frente Negra Brasileira (FNB) fundada em 1931, posteriormente o Movimento Contra a Discriminação Racial (MCDR), que ficou conhecido como o Movimento Negro Unificado (MNU), originado



Foto: Divulgação MNU/PE

nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, na década de 1970, durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), no contexto de embates e contestações. Nesse sentido, o MNU tinha como objetivo combater o racismo estrutural que desumanizava e desumaniza pessoas negras, impossibilitando o ingresso nos espaços de poder, nas garantias de direitos básicos, como também denunciava a violência do Estado em relação à população negra.

A carta denúncia descrita por Lélia Gonzalez traz peculiaridades sobre os questionamentos do Movimento naquele contexto:



Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia!

Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da comunidade negra.

Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro!

Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências, e estamos



tudo indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo.

Os racistas do Clube de Regatas Ti-ête que se cubram, pois exigiremos justiça. Os assassinos de negros que se cuidem, pois a eles exigiremos justiça!

O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado para ser um instrumento de luta da comunidade negra.

Esse movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial, a constante organização da comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo. (Gonzalez, 2022, p. 62 -63)

Segundo Vasconcelos e Alves, a origem do MNU está imbricada ao período próximo ao centenário da Abolição da escravatura. O que se torna ainda mais significativo, pois mesmo depois de cem anos da extinção do sistema escravista, a população negra ainda precisava lutar pela garantia de direitos, que não foram inseridos na Lei Áurea. Assim, o Movimento Negro Unificado teve uma participação significativa desde sua criação até os dias atuais, na conquista de direitos como as ações afirmativas, as legislações educacionais – 10.639/03 e 11.645/08, no avanço do debate sobre o racismo estrutural, bem como não se limitou ao recorte geográfico “Sudeste”, mas se expandindo para as diversas partes do Brasil, como no caso de Pernambuco.

O Movimento Negro Unificado em Pernambuco foi fundado na década de 1980 por mulheres negras, e assim com propostas semelhantes ao MNU fundado em São Paulo, tinha como objetivo reacender as discussões sobre a questão racial no território Pernambucano, buscando vislumbrar a construção de uma consciência histórica pautada na trajetória negra. De acordo com o artigo de Vasconcelos e Alves as pautas da organização era focar no fortalecimento da identidade cultural negra do Recife. Até porque Recife foi um dos centros urbanos que mais recebeu africano(a)s no contexto de escravidão, como também é uma cidade que “respira” cultura negra a partir das manifestações culturais existentes.

Hora de refletir!



O Movimento Negro Unificado em Pernambuco tinha como pauta reacender as discussões raciais a partir da construção de uma identidade cultural negra, sendo assim, realize uma pesquisa sobre manifestações culturais negras em Pernambuco.

- Pesquisar manifestações culturais negras pernambucanas;
 - Separar o(a)s discentes em grupos;
- Apresentar as pesquisas de forma dinâmica e com a participação da comunidade escolar;
- Buscar a interdisciplinaridade entre História, Artes, Literatura e Música;
 - Fazer apresentações teatrais / danças.





Movimentos sociais indígenas

Os movimentos sociais são organizações coletivas, que têm a finalidade de resguardar as liberdades e imunidades de grupos sociais, denominados pela sociologia como “minorias”, para que estes consigam ocupar lugares de poder nas instituições, como também sejam visibilizados perante a sociedade. Segundo a intelectual Maria da Glória Gohn, os movimentos sociais estão imbricados a educação, que vai além dos processos educativos construídos na escola, mas daqueles que se formam a partir das relações de sociabilidade com outros sujeitos, que estão reunido(a)s numa arena de interesses comuns, discutindo e compartilhando anseios em relação ao bem-viver.



Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem (Gohn, 2011, p. 334).



Acervo Fotográfico da Funai

Partindo da premissa da Constituição Federal de 1988 - popularmente conhecida como “Cidadã” um espaço significativo foi destinado aos povos indígenas, mas devemos ressaltar que a abertura para as pautas indígenas na CF é resultado de lutas coletivas do passado e do presente. “A constituição brasileira, como resultado da ampla participação política dos povos indígenas e organizações dedicadas à sua defesa, consagrou um capítulo específico aos direitos indígenas e disciplinou o tema em nove dispositivos no texto constitucional” (Munduruku, 2012, p. 37). A carta magna “rompe timidamente” com a visão eurocêntrica partilhada pelo colonialismo e pela colonialidade, buscando exaltar os seguintes pontos: multiculturalismo, pluralismo jurídico, o reconhecimento dos costumes, tradições e crenças. As quais eram vistas como práticas realizadas por bárbaros e incivilizados em diversos momentos da história do Brasil.

Sabemos que mesmo diante de novas discussões e de alguns rompimentos, ainda estamos distante de proporcionar dignidade aos povos tradicionais. As dificuldades se apresentam de diversas maneiras, seja pela falta de demarcação de terras, pelas invasões contínuas por grileiros e fazendeiros nas terras ancestrais, a falta de políticas públicas voltadas à proteção das comunidades, a carência dos serviços de saúde e de alimentação, a violência física empregada aos silvícolas ou até a negligência ao contar a história desses povos nos ambientes escolares.

Chegou a hora de contar nossa história: A importância da Lei 11.645/08 no ensino de História

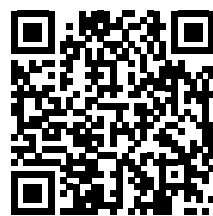
Consideramos que os **movimentos sociais indígenas** e a participação de aliado(a)s da causa, foi de suma importância para a promulgação da **Lei 11.645/08**, que tornou obrigatório o estudo da História, cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de âmbito público e privado no Brasil. Esse movimento tem muitas camadas, das quais precisaremos discutir. Primeiro foi necessário criar uma legislação para que a temática relacionada à trajetória da população negra e indígena pudesse chegar de forma “efetiva” na sala de aula, segundo mesmo com a existência do regulamento, percebemos que demorou um tempo para as pessoas tomarem consciência da relevância de partilhar a **cosmovisão indígena na escola**, terceiro após dezessete anos da promulgação da legislação ainda persiste a dificuldade e a desinformação em relação à temática, quarta os currículos são documentos normativos da educação, que seguem os parâmetros da **Base Nacional Comum Curricular**, entretanto trazem peculiaridades sobre questões regionais e locais, como também podem ser vistos como campo de disputas de narrativas e interesses.

Os currículos contracoloniais podem ser grandes aliados na construção de uma consciência histórica comprometida com narrativas ligadas a Educação para **Relações Étnico-Raciais (ERER)**, que possam desconstruir estereótipos e aproximar o(a)s nosso(a)s discentes da nossa história, criando o sentimento de pertencimento e identificação com os diversos **grupos étnicos**. Podemos considerar de valor incomensurável um(a) estudante poder se ver representado nas iconografias dos livros didáticos e nas narrativas históricas compartilhadas na aula de História. Desta forma convidamos o(a)s professore(a)s a apresentar autore(a)s indígenas, obras cinematográficas, livros escritos por intelectuais indígenas, bem como aproximar a cultura dos povos tradicionais para a comunidade escolar. Visto que a partir dos processos educativos constituídos pelo ensino e aprendizagem, como também pelo debate democrático que iremos conseguir transformar significativamente o nosso aprendizado.

Colonialismo: Foi uma instituição administrativa, que tinha como objetivo estabelecer medidas econômicas a partir da exploração desenfreada do território e dos povos colonizados.

Colonialidade: Foi um conceito criado pelo(a)s intelectuais decoloniais, para definir o momento do qual estamos vivendo, ou seja, não existe mais a instituição administrativa colonial, entretanto existem permanências dessas práticas nas nossas relações de sociabilidade. Exemplo: O racismo, o patriarcado, a violência em todos os âmbitos, as relações clientelistas, a desigualdade social e a falta de acesso a terra.

Para mais informações sobre colonialismo e colonialidade, sugiro a leitura da seguinte matéria **“Colonialidade e Decolonialidade: Você conhece esses conceitos?”**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/>.



Contracolonial: Foi um conceito criado pelo intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), que nos propõe o rompimento total das práticas colonialistas.

Para mais informações sugiro a leitura da obra **“A terra dá, a terra quer”**, de **Nêgo Bispo**, bem como suas entrevistas e palestras disponíveis no YouTube.



Capa do livro *A terra dá, a terra quer* e cena do vídeo *Trajetórias*, com Nêgo Bispo, no YouTube

Obras escritas por indígenas



As obras descritas acima são resultados de vivências e reflexões do intelectual indígena Ailton Krenak, que resolveu escrever suas palestras em formatos de livro. As obras compartilham críticas sobre a colonialidade, sobre os efeitos devastadores no meio ambiente promovidas pelas ações capitalistas, bem como reúne escrituras pautadas em lutas e resistências indígenas no Brasil. A leitura desses escritos pode nos ajudar a entender o outro lado da história, assim como promove o desenvolvimento de reflexões contracoloniais pautadas nas ideias da legislação 11.645/08.



SUGESTÃO DE ATIVIDADE

- Apresente Ailton Krenak e suas obras à comunidade escolar;
- Promova leituras e debates coletivos;
- Assista documentários sobre os povos indígenas no Brasil;
- Desenvolva reflexões sobre a trajetória indígena antes e depois do processo de colonização;
- Reflita sobre as dificuldades dos povos indígenas nos dias atuais.

Intelectuais indígenas



Daniel Munduruku é um intelectual indígena, professor, escritor e ativista dos direitos dos povos originários. A obra “O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)” foi escrita por Munduruku, com o objetivo de mostrar a formação do movimento social indígena no processo de aquisição de direitos, como também apresenta aspectos importantes da Constituição Federal de 1988 em relação às pautas indígenas.



Edson Kayapó – Professor, historiador, escritor, ambientalista e ativista dos direitos indígenas.



Truduá Dorrico – Intelectual indígena e escritora.



Davi Kopenawa – Intelectual indígena, escritor, ator e líder do povo Yanomami.

Entrevistas e documentários



Indígenas Yanomami e Ye'kwana respondem: Como recuperar a floresta?

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=U-GeQZL17dkA>



Vozes da floresta / Ailton Krenak

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=KR-TJlh1os4w>



A literatura indígena: conhecendo outros brasis | Julie Dorrico | TEDxUnisinos

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=gK-VOXmuEbwU>



Animações indígenas



Animação “Pajerama” aborda o crescimento deliberado dos centros urbanos, que atravessam as comunidades indígenas, colocando em risco a sobrevivência dos povos tradicionais, bem como o aceleramento do aquecimento global e a destruição da fauna e da flora.



A animação “Caminho dos gigantes” explícita aspectos da cultura indígena de maneira geral, que está relacionada à escuta sensível, o respeito aos mais velhos, ou seja, aquele(a)s que vieram antes. Além da relação respeitosa com o meio ambiente, entendendo que todo(a)s fazem parte dos elementos da natureza.



SUGESTÃO DE ATIVIDADE

Realizar um mapeamento dos povos indígenas existente no Brasil atual.

- Produzir um mapa com as etnias indígenas;
- Pesquisar suas trajetórias e culturas;
- Utilizar fotografias;
- Apresentar dados estatísticos sobre as comunidades indígenas (resumo).



Religiões afro-brasileiras e afro-indígenas

As religiões são consideradas uma ponte entre os seres humanos e o sagrado. Além de transmitirem a profissão de fé, demonstram as diversas visões de mundo e as manifestações culturais de um povo. Sendo assim, percebemos que as religiões afro-brasileiras e afro-indígenas foram se constituindo no Brasil durante o período colonial, no contexto da diáspora africana ocasionada a partir do comércio / tráfico transatlântico e da exploração da mão de obra indígena.



Os africanos recém-chegados encontravam, porém, os ladinos e os crioulos vivendo uma cultura híbrida, na qual aspectos africanos e portugueses se misturavam ou conviviam lado a lado. Nesses intercâmbios entre negros e brancos, africanos e portugueses, sempre com um tempero ameríndio aqui e ali, não só os escravizados e negros livres eram expostos às influências de seus senhores, como estes também se relacionavam com as práticas daqueles, algumas vezes recorrendo a saberes africanos para cuidar dos males que os afligiam (Souza, 2005, p. 110).



Andrea Rego Barros/ Secom Prefeitura de Recife

Neste sentido, antes de tudo essas religiões podem ser vistas como forma de resistência, e como um acalanto diante do sofrimento promovido pelo sistema escravista, que desumanizava esses indivíduos escravizado(a)s, restando-lhe recorrer as suas crenças, como meio de lembrar da sua terra natal e do(a)s seus / suas ancestrais. No Brasil oitocentista temos uma grande diversidade religiosa representada pelo islamismo, cristianismo (católico), indígena e africano. “Outro conjunto importante de práticas e crenças mágico-religiosa de matrizes africanas que germinou no Brasil foram os candomblés, sendo do século XIX as primeiras referências a eles. Apesar de o termo pertencer à língua banta, no Brasil se refere a cultos religiosos de origem iorubá e daomeneana” (Souza, 2005, p.115). Partindo do ponto de vista do candomblé temos a adoração de divindades denominadas de orixás, que são responsáveis pela orientação espiritual dos seres humanos na terra, os quais trazem ensinamentos sobre a vida, bem como se apropriam dos elementos da natureza e dos saberes ancestrais para firmarem seus ensinamentos.

As manifestações religiosas de origem africana e indígena resistiram às ações do tempo e as repressões que foram impostas em diferentes momentos da história do Brasil, ou seja, durante o colonialismo, na “Era Vargas”, na ditadura civil-militar (1964-1985) e até os dias atuais.

Mesmo assim, seguem firmando seu espaço e lutando pelo direito de liberdade de culto promovido pelas constituições republicanas. Entretanto,

devemos enfatizar que existem obstáculos em relação ao culto dessas religiões, já que o pensamento “hegemônico” ainda é eurocêntrico, e carregado de preconceitos. O ato de desrespeitar, menosprezar e violentar o sagrado alheio pode ser interpretado como **“intolerância religiosa”** ou até mesmo o **racismo religioso**, a qual é considerada crime inafiançável de acordo com a Lei 9.459/97. Acreditamos que o fomento a educação é um caminho possível, para combater as intolerâncias e os racismos. Desta forma, construir diálogos pautados na **Educação para Relações Étnicas – Raciais (ERER)** e no antirracismo podem ser ferramentas valiosas nas aulas de História.

Religiões afro-brasileiras: São manifestações religiosas que carregam elementos da cultura africana e brasileira. **Exemplo:** Candomblé e a Umbanda.

Religiões afro-indígenas: São manifestações religiosas que carregam elementos da cultura africana e indígena. **Exemplo:** Jurema.

Intolerância religiosa: O ato de desrespeitar, desdenhar, menosprezar e violentar o sagrado alheio. Vale lembrar que os casos de intolerância religiosa são atrelados ao racismo religioso, ou seja, violências contra as religiões de origem africana.

Para mais informações sobre o tema sugiro a leitura da matéria **“Intolerância religiosa no Brasil cresceu mais de 80%”**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/intolerancia-religiosa-no-brasil-cresceu-mais-de-80-diz-estudo/>



Eurocêntrico: Conceito que traduz a ideia da Europa e do(a)s europeus / europeias estarem no centro dos debates.

Para melhor compreensão do conceito sugiro a leitura da matéria **“O que é eurocentrismo?”**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/06/16/o-que-e-eurocentrismo/>





Filhos de Gandhi - Secom Governo da Bahia

Orixás dos candomblés

Oxalá: divindade da criação dos seres humanos, sendo considerado o orixá “superior”.

Xangô: divindade dos raios e trovões.

Ogum: divindade dos ferros e dos ferreiros, também considerado o deus da guerra.

Oxóssi: divindade que representa as florestas e a caça.

Oxumarê: divindade da chuva e do arco-íris.

Exu: divindade mensageira, guardião das casas e das pessoas.

Omulu / Obaluayê: divindade das doenças contagiosas.

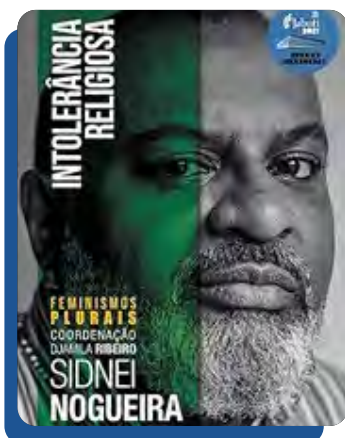
Iemanjá: divindade das águas salgadas (mar).

Iansã: divindade das tempestades, dos ventos e dos relâmpagos.

Ibejis: divindades das brincadeiras, da infância e da fecundidade.

Fonte: SOUZA, Marina de Mello. África e Brasil africano. São Paulo: Ática, 2014, p. 115.

Livros



A obra “Intolerância religiosa” faz parte da coleção “Feminismos plurais”, a qual foi escrita pelo Babalorixá Sidnei Nogueira, que discorre sobre os casos de intolerâncias religiosas ocorridas no Brasil e no mundo ao longo do tempo, bem como reflete sobre a falta de respeito com as religiões de matriz africana como também com o(a)s adepto(a)s as religiões.



A obra “África e Brasil africano” de Marina de Mello e Souza reflete sobre as influências culturais e históricas entre Brasil e África ao longo do tempo, enfatizando especialmente a organização social africana, as relações de sociabilidade nas sociedades africanas, o comércio e o tráfico de africano(a)s escravizado(a)s, nos africano(a)s e seus descendentes no Brasil, o negro na sociedade brasileira contemporânea e a África depois do tráfico de escravizados.

Rotas do Sagrado em Recife (Terreiros)

Sítio de Pai Adão – Terreiro Oba Ogúnté

End.: Estrada Velha de Água Fria, 1644.

Asé Casa Vermelha – Ya Luizinha de Oyá Gigan

End.: Avenida Professor José dos Anjos, 165, Campo Grande.

Terreiro e Memorial Xambá

End.: R. Severina Paraíso Silva, 65 - São Benedito, Olinda - PE, 53270-370.

Audiovisual



A obra cinematográfica “Ori” foi dirigida por Raquel Gerber e narrada pela historiadora Beatriz Nascimento, que enfatiza as relações históricas entre Brasil e África, explicitando peculiaridades sobre a cultura, religião, as visões de mundo, costumes e tradições. Vale lembrar que o próprio nome do filme nos convida a reflexão, pois o seu significado é “cabeça” no ioruba fazendo alusão à palavra orixá.

Disponível em: <https://www.dailymotion.com/video/x9h7kdi>



A animação “Òrun Àiyé” explicita de forma dinâmica e acessível à cosmovisão iorubá em relação à criação do mundo, e as relações de sociabilidade entre o(a)s orixás. Outra peculiaridade interessante apresentada na obra é a relação respeitosa associada aos mais velhos, que têm a vez de falar e os mais jovens de ouvir, pois nas culturas africanas os anciãos e as anciãs são considerados detentores do saber por terem vivido mais.

Disponível na plataforma do Itaú Cultural Play.



A série documental “Sankofa” traz dez episódios, dos quais explicitam a variedade paisagística, cultural, religiosa, populacional e as questões históricas entre Brasil e África. Além de desconstruir estereótipos em relação à imagem negativa que a maioria das pessoas fazem em relação ao continente africano. O título da obra faz alusão ao adinkra “Sankofa” que é representado pelo pássaro de cabeça virada para trás, que significa que precisamos nos voltar pra trás, para ver o que não foi resolvido, para assim seguimos adiante.



SE LIGA!

A diversidade religiosa do Brasil se deu pela variedade de povos, que chegaram ao nosso território em diferentes contextos, mas é importante levarmos em consideração que o(a)s africano(a)s vieram de diversas partes do continente africano, o que explica as variações e a pluralidade dos cultos. Outra peculiaridade interessante é que essas religiões são pautadas na cultura oral, ou seja, seus ensinamentos são passados a partir da oralidade e não necessariamente da escrita.



Foto: Ulisses Dumas

Cortejo Afro em Salvador

Hora de refletir!



Diante das explicações ao longo do texto, bem como das indicações referentes aos livros e obras cinematográficas. Sugiro que você professor(a) realize as seguintes atividades:

- Apresentar a pluralidade religiosa existente no Brasil;
- Debater sobre a história das religiões afro-brasileiras e afro-indígenas no contexto brasileiro;
- Enfatizar a existência da intolerância religiosa e promover o combate do racismo religioso;
- Desconstruir estereótipos e a demonização das religiões de matriz africana;
- Organizar grupos de pesquisas e apresentações de trabalhos sobre as religiões afro-brasileiras e afro-indígenas;
- Fazer um cine debate a partir das obras cinematográficas indicadas.





Dia da Consciência Negra

As nossas conquistas são frutos de lutas passadas, por isso devemos reverenciar o(a)s que vieram antes de nós, e conseguiram abrir caminhos, pois segundo a intelectual Jurema Werneck, “os nossos passos vêm de longe”, e para compreendermos os sentidos da criação do Dia da Consciência Negra, bem como da institucionalização do feriado, precisaremos regressar o passado.

A história do Brasil foi forjada no sistema escravista, que durou mais de três séculos, mas também em processos de resistências por parte daquele(a)s que vivenciaram à privação de liberdade e todas as violências de caráter simbólico, psicológico e físico. Na perspectiva do campo da resistência temos os quilombos como espaços de refúgio para aquele(a)s que fugiam da escravidão, e que tinham pretensões de viver numa comunidade “semelhante” aos do(a)s seus / suas ancestrais. A historiadora Beatriz



“Compreendendo o “quilombo” no seu sentido histórico, como um sistema social alternativo, é importante reproduzir sua trajetória para o entendimento do seu aparente desaparecimento da história do Brasil no final do século XIX, assim como as influências ou sobrevivências que ele projetou na história do negro no século XX.” (Nascimento, 2021, p. 115).



Imagem fotorrealista criada com Inteligência Artificial

nos chama atenção em relação à dinâmica dos quilombos que pode ser diferente de acordo com o recorte temporal, o espaço geográfico e a depender de algumas etnias.

O dia da Consciência Negra está imbricado a trajetória do líder quilombola Zumbi dos Palmares e sua luta constante contra a escravidão e os abusos coloniais. Até recentemente a memória coletiva, os discursos proferidos pelas instituições e a própria escola colocava o Dia 13 de maio (Dia da abolição da escravatura) como uma data celebrativa, entretanto alguns grupos de militâncias e movimentos sociais originados na segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 1970 começaram a desenvolver reflexões sobre a importância do dia 20 de novembro, que além de relembrar os processos de luta da população negra, rememora o assassinato de Zumbi.

Para os movimentos sociais negros, como o Movimento Negro Unificado (MNU) precisamos exaltar quem realmente esteve no embate e que representa a população negra brasileira. Em 1978, o MNU aprovou o 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, mas somente no dia 21 de dezembro de 2023 foi sancionada a Lei nº 14.759, de autoria do senador Randolfe Rodrigues e sob relatoria do senador Paulo Paim. Assim, tornando essa data feriado nacional, a qual instiga curiosidade sobre a história, como também impulsiona a promoção de debates.

Zumbi dos Palmares



Afinal quem foi Zumbi? Teria ele sucedido Ganga-Zumba (1630-78) na liderança do Quilombo dos Palmares? Na memória de D. Pedro de Almeida (1630 – 79), escrita em 1678, aparecem referências ao ataque a alguns mocambos. Um desses guerreiros foi capturado por dois filhos do rei, sendo ele “um macho chamado Zambi.”

Houve quem argumentasse que Zumbi teria sido alvejado nos ataques que ocorreram na década de 1670, antes do acordo de paz de 1678, assinado por Ganga-Zumba. Segundo notícias, os embates teriam deixado ferido “com uma bala o general das armas, que se chamava Zambi, que quer dizer Deus da Guerra, negro de singular valor, grande ânimo, e constância rara”. Segundo esses registros, ele teria ficado vivo, porém aleijado de uma perna.

Em janeiro de 1680, um parecer do Conselho Ultramarino destacava que a destruição de Palmares estava próxima, porém ainda existia o mocambo daquele “que chamam Zumbi com sua tropa”, que “tinha feito grandes danos e mortes aos moradores”. Na ocasião, diziam que restavam “os principais cabeças de que só escapara a do Zumbi que é o que hoje os governa, mas com mui poucos.”

Em 1688, numa petição, Fernão Carrilho (c.1640-1703) lembrou que em 1677 tinha realizado uma expedição em que “deu um assalto com pouca gente, e lhe aprisionou setenta e matou muitos em que entrou um potentado, e achando a gente de guerra dos Palmares [de] Zumbi, fortificada, e guarnecida com armas”. No mesmo ano, num registro de solicitação de pensão de

Sebastião Camarão, alegava-se que em 1681 ele teria marchado “contra o corsário Zumbi”, localizando a “sua praça de armas que estava fortificada de cercos, fogos, estreparias, e outros petrechos de guerra”. (Gomes; Lauriano; Schwarcz, 2021, p.578 – 579).

O Trecho acima não menciona a trajetória de Zumbi com detalhes, mas expõe o caráter militar do líder quilombola, que junto com sua comunidade tentou proteger o território de Palmares contra as investidas do poder colonial.

Sabemos que a figura de Zumbi dos Palmares está ligada ao imaginário popular e a resistência negra. O líder foi assassinado no dia 20 de novembro de 1695, tendo sua cabeça exposta em Recife, para dá exemplo a todo(a)s que quisessem se rebelar contra poder “hegemônico” colonial. Apesar do desfecho desta história, não estamos falando de fim, mas de continuidade de lutas e resistências.

SE LIGA!

As imagens são consideradas fontes históricas, que nos ajudam a compreender manifestações culturais e políticas das comunidades, mas também nos trazem dimensões sobre o passado e o presente. Entretanto esse tipo de fonte não consegue nos trazer “precisão” em relação à população negra, indígena, quilombola e cigana. Seja pela inexistência da câmera fotográfica ou pela falta de interesse em registrar essas pessoas. Um bom exemplo que se encaixa nessa problemática é a imagem de Zumbi dos Palmares, as quais têm gravuras meramente ilustrativas, bem como a representação de Luiza Mahin e Tereza de Benguela que são representadas pela mesma imagem.



Zumbi (1927) por Antônio Parreiras

Livro

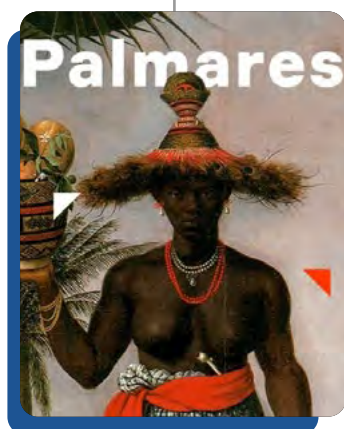


O Livro **“De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social”**, do historiador Flávio dos Santos Gomes nos fornece informações sobre a constituição dos quilombos no Brasil e suas semelhanças com as comunidades africanas, bem como focaliza nas minúcias do Quilombo dos Palmares, explicitando também os costumes praticados pela população negra e a trajetória de luta de Zumbi dos Palmares.

Para mais informações sugiro a leitura da matéria **“Zumbi dos Palmares”**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/zumbi-dos-palmares/>

A Invenção de Zumbi. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/invencao-de-zumbi-por-sueli-carneiro/>

Podcast



Podcast “História Preta” tem uma série sobre Palmares, que traz seis episódios. Divididos da seguinte maneira:

- Ep. 1** – Palmares / Negros da mata;
- Ep. 2** – Palmares / Negros de Palmar;
- Ep. 3** – Palmares / Acordo de Paz;
- Ep. 4** – Palmares / Deus das Guerras;
- Ep. 5** – Palmares / Barriga acabou;
- Ep. 6** – Palmares / Depois do fim.

Ouvir esses episódios pode nos ajudar a entender um pouco mais sobre a dinâmica de sociabilidade do Quilombo dos Palmares durante o século XVII.



Música “Carne”, de Elza Soares

A letra da música é uma denúncia ao racismo estrutural, principalmente ao enfatizar a frase “a carne mais barata do mercado é a carne negra”, nesta perspectiva Elza Soares está denunciando a irresponsabilidade do Estado Brasileiro com vidas negras, ou seja, ela denuncia a necropolítica e o biopoder que tem assassinado corpos negros no passado e no presente. Além disso, Soares chama atenção para a beleza negra e acultura afro-brasileira.



Música “Negro Drama” de Racionais MC’s

A letra da música conta as dificuldades enfrentadas pela população negra periférica, enfatizando a desigualdade social, o racismo estrutural e institucional, bem como a falta de políticas públicas voltadas às comunidades carentes. Esse relato nos lembra o processo de pós-abolição da escravatura no Brasil, que promoveu a “liberdade”, mas não criou políticas de integração social.



Música “Você pode ir além” de Abebe Bikila (BK)

A letra da música explicita dificuldades enfrentadas pela população negra, mas também enfatiza as lutas, as resistências e as conquistas. É possível visualizar também palavras de encorajamento mesmo diante da solidão e dos obstáculos.

Hora de refletir!



Propostas de atividades (visitas a lugares de memória) – Referências negras



Estátua do líder quilombola Zumbi dos Palmares

Imagem da estátua em homenagem a Zumbi dos Palmares está localizada na Praça do Carmo, na Avenida Dantas Barreto, em Recife-PE.



Estátua do poeta Solano Trindade

Imagem da estátua em homenagem a Solano Trindade está localizada no Pátio de São Pedro, em Recife-PE, local onde abriga vários memoriais, tais como o Memorial Chico Science e o Memorial Luiz Gonzaga. Além de ser um ambiente que costuma receber manifestações da cultura popular pernambucana.



Estátua do músico Naná Vasconcelos

Imagem da estátua em homenagem ao músico Naná Vasconcelos está localizada na Praça Rio Branco/Marco Zero, em Recife-PE.



Estátua do poeta Miró de Murbeca-PE

Imagem da estátua em homenagem de Miró de Murbeca está localizada na Avenida Rio Branco, no Centro do Recife.



VISITA A MUSEUS



Museu de Artes Afro – Brasil Rolando Toro (MUAFROPE)

Dispõe de uma exposição permanente de máscaras de origem africana, além de receber outras exposições e eventos.

Localização: R. Mariz e Barros, 328
- Recife, PE, 50030-120.

Instagram: @muafrope



Estátua do poeta Solano Trindade

Imagem da estátua em homenagem a Solano Trindade está localizada no Pátio de São Pedro, local onde abriga vários memoriais, tais como o Memorial Chico Science e o Memorial Luiz Gonzaga. Além de ser um ambiente que costuma receber manifestações da cultura popular pernambucana.

DOCUMENTÁRIO



Série documental **“Coleção Antirracista”** foi dirigida pelo cineasta Val Gomes juntamente com vários intelectuais e personalidades representativas do **Movimento Negro**. O documentário tem como objetivo mostrar caminhos para o combate ao racismo estrutural / institucional. A série está subdividida em:

- T1. EP. 1** – O mito da democracia racial;
- T2. EP. 2** – Do navio negreiro à abolição da escravidão;
- T3. EP. 3** – Cota não é esmola;
- T4. EP. 4** – Raça, trabalhos e direitos;
- T5. EP. 5** – Urbanização como Apartheid;
- T6. EP. 6** – Mulheres negras.

Disponível no YouTube e no Itaú Cultural Play.
Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=19cfwxlqRZI>



ATIVIDADE

Professor(a), precisamos trabalhar a Educação para Relações Étnico – Raciais (ERER) todo o ano letivo, buscando brechas entre os conteúdos propostos pelo currículo de História, como também as atividades propostas pelo calendário escolar.

Durante o mês de abril precisamos enfatizar a história dos povos indígenas, no mês de agosto abordar o folclore brasileiro a partir da trajetória indígena, das vivências do(a)s quilombolas e das influências das africanidades, e por fim destacar o mês de novembro, com o dia da consciência negra.

Em relação ao Dia da Consciência Negra é importante refletir sobre os atravessamentos que o racismo impõe aos corpos negros, bem como desenvolver reflexões sobre o antirracismo e o empoderamento negro, pois não podemos reduzir a história afro-brasileira apenas a escravidão. Precisamos trazer o protagonismo negro para as narrativas historiográficas e para a sala de aula.

Algumas propostas:

- 1)** Abordar os conceitos de racismo e antirracismo em sala de aula;
- 2)** Promover debates sobre o Dia da Consciência Negra;
- 3)** Visitar lugares de memória (Monumentos de personalidades negras ou museus sobre história e cultura afro-brasileira);
- 4)** Ouvir músicas de artistas negros e refletir sobre as letras musicais em sala de aula;
- 5)** Assistir filmes e documentários com protagonismo negro;
- 6)** Apresentar personalidades negras da história do Brasil para o(a)s discentes.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A Lei nº 10.639/03 foi sancionada há 20 anos com o objetivo de tornar obrigatório o ensino de História e cultura afro-brasileira nas escolas do Brasil de âmbito público e privado. Ela nos deu a possibilidade de estudar a trajetória do(a)s nossas ancestrais, rever o outro lado da história e contrapor a narrativa cristalizada na ideia eurocentrada. Nas minhas aulas aproveito o espaço para trabalhar temática (história vista debaixo), que vão além do livro didático. Assim, propomos debates voltados ao antirracismo e a justiça social. Dando visibilidade a figuras que sofrem apagamento histórico.

Disciplina: História da Cultura

Série: 6º ano (Ensino Fundamental II)

Período: Novembro de 2022

1ª parte – Esmiuçar a construção das identidades no Brasil / Definir e debater os conceitos de racismo (Estrutural, Institucional e Recreativo);

2ª parte – Construção textual sobre o racismo (Atividade individual);

3ª parte – Compreender a importância da Lei 10.639/03 e 11.645/08;

4ª parte – Conhecer a história do Dia da Consciência Negra (20 de novembro) e seus desdobramentos;

5ª parte – Entender a importância da população negra na construção social do Brasil;

6ª parte – Pesquisar personagens negro(a)s, com o intuito de reconhecer suas trajetórias e contribuições;

7ª parte – Socialização das pesquisas – formamos um grande círculo, onde o(a)s discentes tiveram a oportunidade de falar sobre cada personagem pesquisado(a).

Prudente (2022)

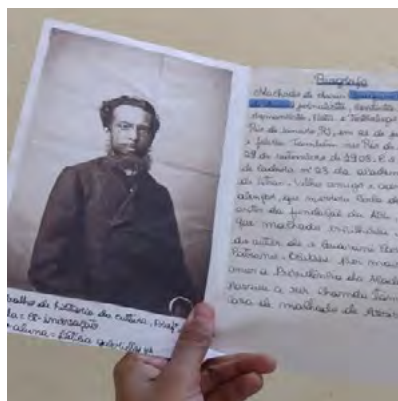


Imagem da pesquisa sobre a trajetória Machado de Assis

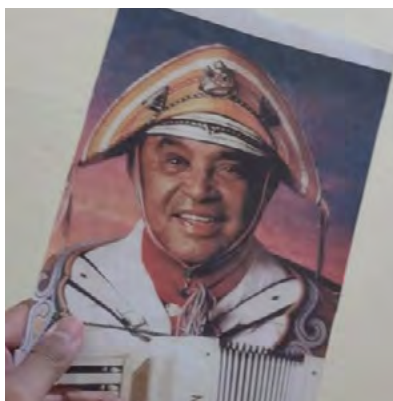


Imagem da pesquisa sobre a trajetória de Luiz Gonzaga

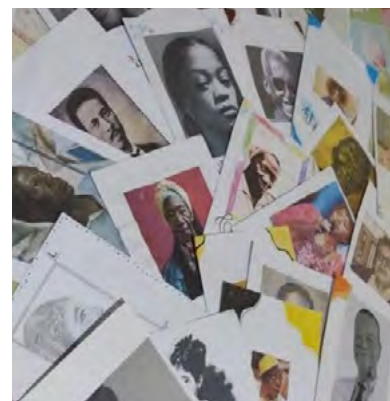


Imagem das pesquisas sobre personalidades negras importantes para a história do Brasil



Manifestações culturais Recifenses



A História é uma ciência que estuda as ações humanas no tempo, sendo assim todas as relações de sociabilidade e movimento que mulheres e homens fazem pode ser vista como uma manifestação cultural, que está imbricada a forma de viver a vida, como também influenciam na construção das tradições, das festividades e das crenças ao longo do tempo. “A história é busca, portanto escolha. Seu objeto não é o passado: “A própria noção segundo a qual o passado enquanto tal possa ser objeto de ciência é absurda.” Seu objeto é “o homem”, ou melhor, “os homens” e mais precisamente “homens no seu tempo” (Bloch, 2011, p. 24). Partindo dessa premissa, entendemos que as manifestações culturais

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria dos seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele. As relacionadas a um número muito pequeno e às vezes a um único de seus membros, embora estejam compreendidas em sua memória (já que, pelo menos em parte, ocorreram em seus limites), passam para o segundo plano (Halbwachs, 2006, p.51).





Arrastão do Frevo - Diego Nigro/Secom Prefeitura de Recife

estão relacionadas também a memória coletiva das pessoas, que se conectam através de vivências e de sentimentos.

Nesta perspectiva das conexões e da identificação a partir da cultura, que nos debruçaremos na história das manifestações culturais recifenses, mais precisamente o frevo e o movimento mangubeat. Ambas as manifestações têm relação direta com o espaço geográfico da cidade do Recife, bem como têm a participação das camadas populares da sociedade, que reivindicam a dignidade humana e a justiça social através da música, da dança, dos poemas e das rimas.

Frevo: na dança que a gente se encontra e luta por dignidade

Origem do frevo

A palavra “frevo” está ligada ao verbo “ferver”, que faz alusão a uma panela com água quente, que forma “bolhas” e manifesta-se com a alta temperatura. Desta forma, o frevo é comparado às situações que envolvem agitações e confusões, em que todo(a)s que estão inserido(a)s permanecessem em constante movimento e euforia. Independente da situação, do calor ou do frio, as foliãs e os foliões querem transgredir seus sentimentos e cair no passo.

Segundo o jornalista José Teles, a manifestação cultural chamada “frevo” nasce do comportamento desordeiro, da desobediência civil e dos capoeiristas que transitavam pelas ruas do Recife, no final do século XIX. A cidade neste sen-

tindo se apresenta como espaço geográfico, com marcadores sociais e com delimitações a partir de gênero, raça e classe. Assim, quando falamos de capoeiristas estamos nos referindo uma parcela da população negra que praticava capoeira, com o objetivo de manter sua autodefesa e de resistir às represálias da época. Para, além disto, temos a introdução dos elementos simbólicos introduzidos no frevo, que antes estavam atrelados à ideia de “defesa”, bem como eram usados como armamento, partindo de objetos como ferro, perpassando pelo cacete de pau e por fim chegando às sombrinhas maiores que vão diminuindo com o passar do tempo, além receber cores.



O frevo é uma amálgama dos gêneros musicais ouvidos no Recife no final do século XIX e início do século XX. Mescla elementos de maxixe, polca, dobrado, modinha, quadrilha. Do passo não se tem dúvidas: surgiu dos capoeiristas que acompanhavam as bandas de música pelas ruas do Recife, fazendo suas evoluções diante delas. Eram chamados valentões, ou desordeiros, que também praticavam das suas durante apresentações dos pastoris profanos (Teles, 2012, p.39).

Durante as prévias de carnaval ou até mesmo na celebração das festividades carnavalescas o frevo se faz presente e soberano, agitando “milhares” de foliões e foliões que ao mesmo tempo em que brincam nas ruas de Recife e nas ladeiras de Olinda, celebram as lutas e as glórias do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.



Foto: Pierre Verger/Folha PE

Frevando, os capoeiras ou brabos abriam alas para passar em meio à folia

SE LIGA!

Existe um espaço chamado “Paço do Frevo” que é dedicado a salvar e contar a história do frevo, como também disponibiliza oficinas de danças e atividades acadêmicas / escolares, além de dispor de algumas exposições permanentes e temporárias.



Zumbi (1927) por Antônio Parreiras

Se você não conseguir visitar o Paço do Frevo presencialmente, não fique triste, pois existe a possibilidade de fazer visitas virtuais. **Basta clicar no link abaixo!**

<https://pacodofrevo.org.br/>

Siga o Paço do Frevo no Instagram **@pacodofrevo**

Você sabe o que é Patrimônio Cultural Imaterial?

De acordo com as definições do Instituto do Patrimônio Histórico & Artístico Nacional (IPHAN), os patrimônios são definidos pela materialidade (tangíveis) e pela imaterialidade (intangíveis). No caso do frevo, ele é considerado um Patrimônio Cultural Imaterial por se encaixar no quesito saberes, tradições, celebrações, músicas, entre outros. Para mais informações sugiro a leitura da matéria “Patrimônio Imaterial” no site do IPHAN.

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>

Artistas/compositores de músicas de frevo



**Claudionor
Germano**



Diário de Pernambuco



**Nelson
Ferreira**



Diário de Pernambuco



Capiba



Câmara Federal

Assista e ouça (Frevo cantado) - Capiba 25 Anos de Frevo - Quando é Noite de Lua - (Claudionor Germano e Orquestra Nelson Ferreira).

Disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=FRXLuSjdSxw>

Acesse diretamente no QR Code abaixo



Indicação de documentários



Documentário **“Mestre Pastinha: Rei da Capoeira”**.

Disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=Aiufa8mh9fs>



Documentário **“Frevo dança”**.

Disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=RejGDjV3hF0>

Indicação de livro



A obra “Do frevo ao manguêbeat”, de José Teles, reflete sobre o contexto cultural de Pernambuco no final do século XIX a partir da origem do frevo, perpassando também pelo Tropicalismo da década de 1960 e o Movimento Manguêbeat com a exaltação e crítica ao espaço urbano de Recife.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

TELES, José. Do frevo ao manguêbeat. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

Movimento Mangubeat: Ninguém foge ao cheiro sujo da lama da manguetown

Origem do Movimento Mangubeat

A palavra “Mangubeat” é formada pela junção de duas palavras, ou seja, “Mangue” – que representa a vegetação litorânea, que compõem os manguezais, onde vivem os caranguejos (símbolo do movimento) e “Beat” – do inglês significa batida. Desta forma, temos uma tradução literal - “batida do mangue”. O ritmo chama-se Mangue. É uma mistura de samba-reggae, rap, reggamuffin e embolada. O nome é dado em homenagem ao Daruê Malungo (que em iorubá significa companheiro de luta). Um núcleo de apoio à criança e à comunidade carente do Chão de Estrelas (Teles, 2012, p.263). O movimento mangue é um ritmo musical, mas é também uma estética e um estilo de vida. Que a partir das canções denunciou a marginalização de alguns grupos sociais, como também trouxe à tona discussões sobre as desigualdades sociais presentes no espaço urbano do Recife, a pobreza extrema, a insegurança alimentar e a falta de dignidade do(a)s recifenses durante a década de 1990. Para, além disto, tinha o objetivo de enaltecer as manifestações culturais populares de Pernambuco e colocar a capital pernambucana num lugar de visibilidade.



Reprodução

Nação Zumbi



Chico Science

As músicas pertencentes ao movimento manguebeat idealizado por Francisco de Assis França popularmente conhecido como “Chico Science” e o grupo “Nação Zumbi” tem relações profundas com a produção intelectual de Josué de Castro, e isso fica perceptível ao analisarmos as discussões em relação aos marcadores sociais presentes na cidade e à analogia do homem com o caranguejo através do “ciclo do caranguejo”. Isto mostra que a arte ela tem o poder de entreter, animar, bem como promover reflexões sobre as nossas condições sociais. Desta maneira, é de suma importância lembrarmos que a criação do movimento aconteceu durante o período pós- ditadura civil-militar (1964 a 1985), ou seja, pouco anos depois do processo de redemocratização do Brasil e de um declínio econômico. Na música “antene-se” Science menciona:



***É só uma cabeça equilibrada em cima do corpo
Escutando o som das vitrolas, que vem dos mocambos
Entulhados a beira do Capibaribe
Na quarta pior cidade do mundo
Recife, cidade do mangue
Incrustada na lama dos manguezais
Onde estão os homens caranguejos..***

Neste trecho da música conseguimos perceber várias denúncias em relação à moradia precária através da constituição dos mocambos nas margens do Rio Capibaribe e de uma população majoritariamente negra e empobrecida. O que nos faz refletir sobre as permanências e continuidades promovidas pela colonialidade, como também coloca Recife como a quarta pior cidade do mundo por justamente apresentar essas carências sociais.

Álbuns musicais



Reprodução

Álbum “Da
lama ao caos”



Reprodução

Álbum
“Afrociberdelia”

Livros



A obra “Homens e Caranguejos” é um romance de 1967, escrito pelo intelectual recifense Josué de Castro, que expôs as desigualdades sociais e a insegurança alimentar apresentadas no centro urbano do Recife, numa perspectiva científica mediante suas vivências como geógrafo, médico e escritor.



A obra “Documentário do Nordeste”, de Josué de Castro, é formada por contos, que mencionam alguns bairros tradicionais do Recife como Madalena, Afogados, Pina e Dois Irmãos – explicitando a desigualdade social presente nos espaços geográficos, a insegurança alimentar como uma questão biológica, mas também como um projeto político arquitetado ao longo da história do Brasil.

AUTOR

Josué Apolônio de Castro nasceu no dia 05 de setembro de 1908, em Recife. Foi escritor, político, médico, geógrafo, nutrólogo e ativista social contra a fome. Escreveu diversas obras como “Geografia da Fome”, “Geopolítica da Fome”, “Documentário do Nordeste”, “Homens e Caranguejos”, “Sete palmos de terra e um caixão”, entre outras. Os escritos de Castro tinham como essência as discussões sobre a insegurança alimentar, a moradia e as relações de sociabilidade no espaço urbano.

Fonte: <https://geografiadafome.fsp.usp.br/josue-de-castro/>

Hora de refletir!



1) Pesquise outras manifestações culturais recifenses e promova um debate em sala de aula.

- Materiais necessários;
- Imagens (elementos culturais / manifestações culturais recifenses);
- Caixa de som;
- Notebook;
- Projetor.

Mapeamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIS)

Os Neabis são importantes grupos de estudos afro-brasileiros e indígenas, que começaram a surgir nas instituições de Ensino Superior (IES) a partir da década de 1950, sendo ainda mais difundida nos anos 2000 mediante as legislações educacionais – 10.639/03 e 11.645/08, que fomentaram o estudo da História, cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de educação básica, como também possibilitaram a abertura de debates mais efetivos sobre as relações étnico-raciais nos espaços acadêmicos, mesmo que de forma gradativa.

Esses espaços foram se constituindo com a sigla “NEAB” que significa – “Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros”, como também se apresentam com uma segunda nomenclatura “NEABIS” com o acréscimo do “I” – significando “Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas”. Esta segunda organização acrescentou os estudos relacionados aos povos indígenas, que foi fundamentado pela Lei 11.645/08. Neste sentido, esses núcleos de estudos são mecanismos importantes para democratização do debate racial, o qual convida o público interno e externo da universidade para participar das reuniões que geralmente acontecem mensalmente, trazendo as pautas relacionadas à Educação para Relações Étnico-Raciais (ERER), ações afirmativas, interseccionalidade (questões de raça, classe e gênero) e os diversos temas que atravessam os corpos negros.

Para facilitar o entendimento e a participação do(a)s docentes sobre a localização geográfica dos NEABS / NEABIS no Estado de Pernambuco destacamos um mapa ilustrativo e uma pequena lista com os polos e endereços.



Lista de NEABS/ NEABIS em Pernambuco

NEABI – Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

Endereço: Rua do Príncipe, 526 – Boa Vista, Recife – PE, 50050-900.

NEAB – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Endereço: Avenida Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária, Recife – PE, 50.670 – 901.

NEAB – Universidade de Pernambuco (UPE)

Endereço: Rua Cap. Pedro Rodrigues – São José, Garanhuns – PE, 55294-902

NEABI – Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Endereço: Avenida Prof. Luiz Freire, 500 – Cidade Universitária, Recife, 50740-545.

NEAB – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Endereço: Rua Dom Manuel de Medeiros, Dois Irmãos, Recife – PE, 52171-900.

**Acompanhe as redes
sociais dos NEABS/NEABIS**

@neabiunicap | @neab.ufpe | @neab.upe | @neabi_ifpe | @neab.ufrpe

Referências bibliográficas

- GOHM**, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**, Revista Brasileira de Educação, v.16. n.47. maio-ago., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/abstract/?lang=pt>. Acessado em 15 de ago. 2025.
- GOMES**, Flávio dos Santos; **SCHWARCZ**, Lilia; **GÁRCIA**, Lúcia (orgs.). **De olho em Zumbi dos Palmares: Histórias, símbolos e memória social**. São Paulo: Claro Enigma, 2011.
- GOMES**, Flávio dos Santos; **SCHWARCZ**, Lilia; **LAURIANO**, Jaime. **Enciclopédia negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- GOMES**, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.
- CONALEZ**, Lélia; **HASENBALG**, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- HAUBWACHS**, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- Históricos dos Neabis**. Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/adafi/neabis/historia-dos-neabs/>. Acessado em: 10 de ago. 2025.
- KRENAK**, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MUNDURUKU**, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.
- NASCIMENTO**, Abdias. **O Quilombismo: documento de uma militância Pan-africanista**. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.
- NASCIMENTO**, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.
- NASCIMENTO**, Beatriz; **RATTS**, Alex (org.). **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NGOZI**, Chimamanda Adichie. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SAMMYN**, Henrique Marques. **Levante**. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- SANTOS**, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu editora, 2023.
- SANTOS**, Maria Emília Vasconcelos dos; **ROCHA**, Sebastião Alves da. **O Movimento Negro Unificado de Pernambuco e o Jornal Negritude (1986-1988)**. Revista Unicap, v.6, n.11, jan. jun. de 2019. Disponível em:
- SOUZA**, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2014.
- TELES**, José. **Do frevo ao maguebeat**. São Paulo: Editora 34, 2012.

A ideia de organizar o E-book **Educação para Relações Étnico-Raciais** destinada às aulas de História surge de inquietações pessoais e profissionais, antes como aluna, agora como docente sobre a falta de representatividade no ambiente escolar, nas aulas e no currículo. Sabemos que o currículo dispõe de disputas de narrativas, que na maioria dos casos contempla apenas grupos hegemônicos, consequentemente subalterniza grupos “minoritários” como afrodescendentes, indígenas, quilombolas e ciganos.

Posto que nossa história foi escrita e contada na perspectiva do colonizador europeu, que enalteceu sua cultura e colocou todos os outros povos no lugar de “esquecimento” e “silenciamento”.

Ao longo do tempo o racismo foi legitimado também pelas teorias científicas durante os séculos XIX e XX, as quais foram responsáveis pela consolidação e disseminação de práticas racistas em todas as esferas da sociedade brasileira, assim como na política de morte arquitetada pelo Estado Brasileiro, que tem ceifado vidas de mulheres pretas e homens pretos nas favelas brasileiras, da mesma forma tem assassinado quilombolas como Mãe Bernadete; mulheres pretas comprometidas com a política e com o ativismo como Marielle Franco; povos indígenas que lutam constantemente pelo direito a demarcação de suas terras; e a continuidade da construção imagética estereotipada do(a)s cigano(a)s que são visto(a)s como marginais ao longo do tempo.

S586e Silva, Mariana Prudente da.
Educação para as relações étnico-raciais no ensino da
História [recurso eletrônico] / Mariana Prudente da
Silva, 2024.
92 f. : il.

Originalmente apresentado como Relatório técnico
de Mestrado Profissional em História.
ISBN XXX-XX-XXXXXX-X-X (E-Book)

1. História - Estudo e ensino. 2. História - Currículos.
3. Brasil. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008.
4. Pernambuco. Secretaria de Educação. I. Título.

CDU 372.893

Luciana Vidal - CRB4/1338